

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



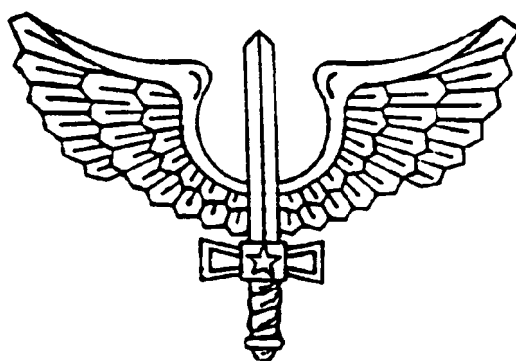
GESTÃO AMBIENTAL

ICA 83-1

**CONTROLE E GESTÃO AMBIENTAL
NO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2019

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA



GESTÃO AMBIENTAL

ICA 83-1

**CONTROLE E GESTÃO AMBIENTAL
NO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2019



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINFRA Nº 10/DGA, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.
Protocolo COMAER nº 67120.019962/2019-65

Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre o “Controle e Gestão do Meio Ambiente no âmbito do Comando da Aeronáutica”.

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, previstas no inciso I do art 9º do Regulamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica, ROCA 21-69/2019, aprovado pela Portaria nº 168/GC3, de 30 de janeiro de 2019, publicada no BCA nº 019, de 04 fevereiro de 2019, resolve:

Art.1º Aprovar a edição da ICA 83-1 “Controle e Gestão Ambiental no âmbito do Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar Sérgio de Matos Mello
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 179, de 4 de outubro de 2019)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	8
1.1	<u>FINALIDADE</u>	8
1.2	<u>COMPETÊNCIA</u>	8
1.3	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	8
2	PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)	13
2.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	13
2.2	<u>CONTEÚDO DO PLANO</u>	14
2.3	<u>CONSOLIDAÇÃO DO PLANO</u>	15
3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	17
3.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	17
3.2	<u>PLANO DE CAPACITAÇÃO EM MEIO AMBIENTE</u>	17
3.3	<u>PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO EM MEIO AMBIENTE</u>	18
4	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	19
4.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	19
4.2	<u>PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</u>	20
4.3	<u>RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA</u>	21
4.4	<u>RESÍDUOS SÓLIDOS DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</u>	22
4.5	<u>COLETA SELETIVA</u>	22
4.6	<u>RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL</u>	23
4.7	<u>RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS</u>	25
5	GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	27
5.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	27
5.2	<u>UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</u>	27
5.3	<u>TRATAMENTO DE ÁGUA</u>	28
5.4	<u>REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA</u>	28
5.5	<u>RACIONALIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS</u>	29
5.6	<u>EFLUENTES</u>	29
6	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	31
6.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	31
6.2	<u>DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL</u>	32
6.3	<u>LICENCIAMENTO AMBIENTAL</u>	34
7	POSTOS DE ABASTECIMENTO	36
7.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	36
7.2	<u>REMOÇÃO DE TANQUES DE COMBUSTÍVEIS SUBTERRÂNEOS</u>	37
7.3	<u>IMPOSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DE TANQUE DE COMBUSTÍVEL</u>	38
8	SUPRESSÃO VEGETAL	39
8.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	39
8.2	<u>AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL</u>	39
8.3	<u>MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES EM AERÓDROMOS</u>	40
8.4	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	40
9	MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES	41
9.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	41

10	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	42
10.1	<u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	42
10.2	<u>OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA</u>	43
10.3	<u>BENS E SERVIÇOS</u>	45
10.4	<u>CADASTRO TÉCNICO FEDERAL</u>	47
	REFERÊNCIAS	48
	Anexo A – Diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável	52
	Anexo B – Modelo de Lista de Materiais de Consumo	58
	Anexo C – Sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais	59
	Anexo D – Modelo de Indicadores (ano)	61
	Anexo E – Modelo de Relatório Anual de Acompanhamento do PLS da(o) (OM) / (ano)	64
	Anexo F – Modelo de Relatório Anual de Consolidação dos Dados de Acompanhamento dos PLS jurisdicionados ao DTINFRA-UF / (ano)	67
	Anexo G – Fluxograma Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)	72
	Anexo H – Agenda Ambiental na Administração Pública	73
	Anexo I – Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais	74
	Anexo J – Relatório de Caracterização de Empreendimentos e Atividades Destinadas ao Preparo e Emprego das Forças Armadas	80
	Anexo K – Fluxograma Licenciamento Ambiental	81
	Anexo L – Relatório Técnico para desativação e remoção de Tanques de Combustíveis	82
	Anexo M - Critérios de Sustentabilidade Ambiental para Aquisição de Bens e Serviços Específicos	84

PREFÁCIO

A complexidade que envolve o exercício da gestão ambiental, aliada à necessidade de se promover um melhor aproveitamento no desempenho do pessoal atuante nessa área, tem demonstrado a importância de um instrumento normativo, que aglutine toda a legislação específica, bem como estabeleça aos usuários, detalhadamente, os procedimentos aplicáveis, indicando aos agentes da administração, responsáveis pela Gestão Ambiental e proteção do meio ambiente do Comando da Aeronáutica (COMAER), o amparo legal e a metodologia para cada caso.

Ressalta-se que as dificuldades que os gestores de meio ambiente do COMAER têm enfrentado nos últimos anos estão relacionadas à diversidade da legislação regulamentadora, tais como: (i) Lei nº 6.938, de 31/08/1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente; (ii) Lei nº 12.305, de 02/08/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; (iii) Instrução Normativa nº10, de 12/11/2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e (iv) outras Leis, Decretos e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que versam sobre Licenciamento Ambiental, Coleta Seletiva, Saneamento Básico, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos, entre outros.

Assim, a Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), em sua reestruturação (DCA 11-64/2017) criou a Assessoria de Gestão Ambiental (AGA), em consonância com a Concepção Estratégica “Força Aérea 100” (DCA 11-45/2016), que estabelece que a gestão da Aeronáutica deve prever e buscar garantir a sustentabilidade em seus processos e ações na transição para a “Força Aérea do Futuro”. Tal Assessoria foi idealizada com a finalidade de assessorar na normatização, planejamento, coordenação e controle das atividades inerentes ao meio ambiente, sob competência da DIRINFRA e suas organizações subordinadas, bem como dar providências nas ações de sustentabilidade e meio ambiente.

Nesse sentido, a DIRINFRA iniciou a implantação da doutrina de gestão ambiental nas atividades militares, através da criação do Sistema de Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica (SISGA), aprovado pela Portaria nº 1.447/GC3, de 19 de setembro de 2018, da publicação da Política de Meio Ambiente do Comando da Aeronáutica, DCA 14-12, aprovada pela Portaria nº 1.715/GC3, de 24 de outubro de 2018 e da edição da Norma do SISGA, NSCA 83-1, aprovada pela Portaria nº 192/ADNP, de 07 de novembro de 2018.

O **CAPÍTULO 1**, com o título “**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**”, apresenta as conceituações vigentes e afins das atividades ambientais descritas nesta ICA. Inclui também informações de uso geral.

O **CAPÍTULO 2** trata do “**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)**” e indica as providências relacionadas a essa atividade a fim de estabelecer as ações para a inserção de práticas de sustentabilidade na gestão da logística no COMAER.

O **CAPÍTULO 3** aborda a “**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**”, importante ferramenta para o desenvolvimento das habilidades e atitudes em relação à proteção e conservação do meio ambiente.

O **CAPÍTULO 4** abrange o “**GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**”, descrevendo as providências relativas a gestão dos resíduos sólidos nas OM até sua disposição final ambientalmente adequada.

O **CAPÍTULO 5** trata do “**GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS**”, que descreve as providências na gestão dos recursos hídricos das OM tendo em vista sua utilização, os padrões da água para o consumo humano e o cuidado com a destinação dos efluentes líquidos.

O **CAPÍTULO 6** aborda o “**LICENCIAMENTO AMBIENTAL**” e reúne os procedimentos e orientações, exigidos pelos órgãos ambientais, e as competências para a realização dessa atividade.

O **CAPÍTULO 7** trata dos “**POSTOS DE ABASTECIMENTO**” e dos procedimentos a serem adotados nessas áreas, tendo em vista o atendimento às legislações ambientais, bem como as restrições vigentes.

O **CAPÍTULO 8** trata da “**SUPRESSÃO VEGETAL**” e dos procedimentos a serem adotados tendo em vista o pleno cumprimento das legislações em vigor.

O **CAPÍTULO 9** aborda o “**MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES**”, os procedimentos e cuidados a serem adotados tendo em vista o previsto nas legislações em vigor.

O **CAPÍTULO 10** aborda as “**CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**” dentro da administração pública, que devem levar em consideração critérios de sustentabilidade entre os princípios a serem garantidos nas licitações.

Nesta ICA são encontrados, por exemplo, fluxogramas para orientar as atividades e modelos de relatórios, além de outros elementos que serão utilizados pelos elos do Sistema de Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica (SISGA).

Na busca do aprimoramento contínuo do Sistema de Gestão Ambiental do COMAER, a DIRINFRA estimula os usuários a encaminharem sugestões, via Cadeia de Comando, à Assessoria de Gestão Ambiental da DIRINFRA, no seguinte endereço:

Av. Dom Pedro I, 100
Cambuci – São Paulo – SP
CEP 01.552-000
E-mail: _dga.dirinfra@fab.mil.br

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente publicação tem por finalidade orientar as atividades do Sistema de Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica (SISGA).

1.2 COMPETÊNCIA

A elaboração da presente ICA é da competência da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica, Órgão Central do SISGA.

1.3 CONCEITUAÇÕES

Os conceitos dos termos e expressões presentes nesta publicação constam no MCA 10-3 "Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica", de 22 de abril de 2003, e no MCA 10-4 "Glossário da Aeronáutica", de 30 de janeiro de 2001, além dos termos e expressões constantes do Glossário das Forças Armadas (MD 35-G-01/2015). Para efeito desta Instrução, devem ser consideradas ainda as conceituações listadas abaixo.

1.3.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“É o conjunto de órgãos do Estado encarregado de exercer, em benefício do bem comum, funções previstas na Constituição e nas leis” – Walter Ceneviva.

1.3.2 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que objetiva estimular os órgãos públicos a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos.

1.3.3 ANIMAL DE ESTIMAÇÃO

Animal proveniente de espécies da fauna silvestre, nascido em criadouro comercial legalmente estabelecido, mantido em cativeiro domiciliar, sem finalidade de abate, de reprodução ou de uso científico e laboratorial

1.3.4 ANIMAL SILVESTRE

Todos os espécimes pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

1.3.5 ÁREA CONTAMINADA

Local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.

1.3.6 COLETA SELETIVA

Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

1.3.7 COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

Coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

1.3.8 COMPRA COMPARTILHADA

Contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços, serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

1.3.9 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Iniciativa da Administração Pública Federal para incluir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável entre os princípios a serem garantidos nas licitações, exigindo que os gestores públicos considerem variáveis de sustentabilidade em todas as etapas de suas contratações.

1.3.10 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

1.3.11 DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA

Destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

1.3.12 DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA

Distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

1.3.13 FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE (FCA)

É o formulário eletrônico padrão de solicitação de licenciamento ambiental, definido pelo IBAMA, visando a caracterização inicial do projeto, empreendimento ou atividade a ser licenciado.

1.3.14 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos

sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

1.3.15 GESTOR DE PATRIMÔNIO AMBIENTAL OU PATRIMÔNIO DE MEIO AMBIENTE

É o representante dos Elos do SISGA, encarregado de planejar, desenvolver e executar projetos que visam à preservação do meio ambiente da OM, conforme atribuições estabelecidas no RADA (RCA 12-1).

1.3.16 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

1.3.17 LICENÇA AMBIENTAL

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

1.3.18 LICENÇA PRÉVIA (LP)

Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

1.3.19 LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

1.3.20 LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

1.3.21 LOGÍSTICA REVERSA

Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

1.3.22 LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado.

1.3.23 MATERIAL DE CONSUMO

Todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.

1.3.24 MATERIAL PERMANENTE

Todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos.

1.3.25 PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

É uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

1.3.26 PRÁTICAS DE RACIONALIZAÇÃO

Ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos.

1.3.27 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública.

1.3.28 PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO COMANDO DA AERONÁUTICA

Conjunto de atividades, inter-relacionadas ou interativas, que estabelece as ações básicas, porém imprescindíveis, visando contribuir para a consolidação de uma política energética, possuindo processos, projetos, procedimentos e objetivos energéticos a serem alcançados, em consonância com a Norma Técnica ABNT NBR ISO 50.001 e orientado pela diretriz que versa sobre a gestão de energia no COMAER (DCA 14-13/2019).

1.3.29 RECICLAGEM

Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.

1.3.30 REJEITOS

Resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

1.3.31 RESÍDUOS SÓLIDOS

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

1.3.32 SUPRESSÃO VEGETAL

Retirada de uma porção de vegetação de um determinado espaço urbano ou rural, com o objetivo de usar a área anteriormente ocupada pela vegetação para fins alternativos.

2 PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1.1 O levantamento dos aspectos ambientais significativos das Organizações Militares (OM) é fundamental para o planejamento do SISGA, e, no âmbito do COMAER, é realizado tomando por base os resultados do diagnóstico ambiental.

2.1.1.1. Os aspectos ambientais da OM englobam todos os impactos ambientais significativos, reais e potenciais, relacionados com suas atividades, produtos e serviços.

2.1.2 O principal documento para o planejamento das ações ambientais do SISGA é o PLS, cujo conteúdo mínimo é apresentado no item 2.2 e detalhado no Anexo A.

2.1.3 Os PLS devem ser elaborados por todas as OM do COMAER, conforme as diretrizes do Anexo A, e sua aprovação será de responsabilidade do Comandante, Chefe ou Diretor da OM, conforme delegação de competência concedida em Regulamento.

2.1.3.1. Na hipótese de várias OM dividirem uma mesma área ou edifício, com compartilhamento de contratos de água, luz, esgoto, limpeza, entre outros, poderá ser elaborado um PLS único, contendo as ações específicas de cada OM e as ações compartilhadas, que dependam de esforços conjuntos das OM que compõe o complexo militar.

2.1.3.1.1 Na situação descrita acima, o Plano será do conjunto de OM envolvidas na elaboração do PLS e a sua aprovação ficará a cargo do Comandante, Chefe ou Diretor de maior grau hierárquico, ou da OM responsável pelos contratos que são compartilhados.

2.1.3.2. Cabe aos Órgãos de Direção Setorial (ODS) definirem a necessidade de análise do PLS de suas OM subordinadas.

2.1.3.3. O PLS deve ser publicado em Boletim Interno e também disponibilizado na página INTRAER das respectivas OM.

2.1.4 O Comandante, Chefe ou Diretor da OM designa, por meio de Portaria, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS), que deverá conter no mínimo 3 (três) membros do efetivo, podendo ser composta por até 1/3 do número total de integrantes da Comissão por servidores civis.

2.1.4.1. Na situação descrita no item 2.1.3.1, a comissão deverá ser composta por, pelo menos, um representante de cada OM e presidida por um Oficial Superior pertencente à OM responsável pela aprovação do PLS.

2.1.4.2. É desejável que a CGPLS possua ao menos um representante dos setores/comissões listados abaixo, devido ao envolvimento nos assuntos relacionados ao PLS:

- a) licitações, compras ou contratos;
- b) almoxarifado ou estoque de bens comuns;
- c) infraestrutura ou serviços gerais; e
- d) investigação e prevenção de acidentes do trabalho.

2.1.4.3. A CGPLS terá a atribuição de elaborar, implantar, monitorar e revisar o PLS.

2.2 CONTEÚDO DO PLANO

2.2.1 Os PLS deverão conter, no mínimo:

- a) atualização do inventário de bens e materiais da OM e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição, quando for o caso;
- b) práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- c) responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- d) ações de divulgação, conscientização e capacitação, conforme Capítulo 3 desta Instrução.

2.2.1.1. O inventário de materiais deverá ser composto pela lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, adquiridos pela OM no período de um ano, conforme Anexo B.

2.2.1.2. As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

- a) material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- b) energia elétrica, observando o disposto no Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do COMAER (ICA 400-54/2018);
- c) água e esgoto;
- d) coleta seletiva;
- e) logística reversa;
- f) qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- g) compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme orientações do Capítulo 10 desta Instrução; e
- h) deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

2.2.1.2.1 Para cada tema citado no item 2.2.1.2, deverão ser criados Planos de Ação de melhoria contínua dentro do PLS com os seguintes tópicos:

- a) objetivo do Plano de Ação;
- b) diagnóstico;
- c) detalhamento de implementação das ações;
- d) abrangência e responsáveis pela implementação de cada ação;
- e) metas a serem alcançadas para cada ação;
- f) cronograma de implantação das ações; e
- g) previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros,

necessários para a implementação das ações.

2.2.1.2.2 As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços constantes no Anexo C poderão ser utilizadas como referência na elaboração dos PLS.

2.2.1.2.3 Deve ser considerado, para a alínea 'd' do item 2.2.1.2, um planejamento de Coleta Seletiva Solidária, observando o disposto no item 4.5.2 desta Instrução.

2.2.1.2.4 Para os temas listados no item 2.2.1.2, os resultados alcançados serão avaliados anualmente pela CGPLS, utilizando, no mínimo, os indicadores elencados no Anexo D.

2.2.1.3. Devem ser incluídas no PLS, iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade, criando um Plano de Capacitação e Sensibilização, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e no Capítulo 3, desta Instrução, incluindo-as na alínea d do item 2.2.1.

2.2.1.3.1 As práticas de Educação Ambiental, além de divulgadas em sites próprios das OM, podem ser cadastradas na Plataforma Educare do MMA (educares.mma.gov.br).

2.2.2 As seguintes iniciativas poderão ser observadas na elaboração dos PLS:

- a) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), iniciativa do MMA de agenda de responsabilidade socioambiental governamental pelos órgãos da Administração Pública, conforme orientações no Anexo H;
- b) Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP);
- c) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (SPE/MME); e
- d) Projeto Esplanada Sustentável (PES), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS.

2.2.3 Caso o órgão ou entidade inclua outros temas no PLS deverão ser definidos os respectivos indicadores, contendo: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração.

2.3 CONSOLIDAÇÃO DO PLANO

2.3.1 Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados no site das respectivas OM, apresentando as metas e os resultados alcançados, divulgando o comprometimento com a Gestão Ambiental.

2.3.2 As atividades e iniciativas de projetos ambientais, sempre que possível, deverão ser publicados no site das respectivas OM, ou encaminhados para divulgação no portal da FAB para maior visibilidade.

2.3.3 O PLS deve ser atualizado e divulgado, no máximo, a cada dois anos pelas OM.

2.3.4 O instrumento de controle da gestão ambiental no âmbito do COMAER é o Relatório

Anual de Acompanhamento do PLS (Anexo E).

2.3.4.1. Os relatórios citados no item acima deverão ser divulgados no site das respectivas OM.

2.3.5 Até o dia 01 de todo mês de novembro as OM deverão elaborar e encaminhar ao DTINFRA de sua jurisdição o Relatório citado no item 2.3.4, de forma a evidenciar o desempenho de cada OM, contendo:

- a) consolidação dos resultados alcançados; e
- b) identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

2.3.6 Até o dia 30 de todo mês de novembro os DTINFRA deverão elaborar e encaminhar à DIRINFRA o Relatório Anual de Consolidação dos Dados de Acompanhamento dos PLS das OM da sua área de jurisdição (Anexo F), contendo:

- a) consolidação dos resultados alcançados; e
- b) identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

2.3.7 Até o último dia útil do mês de fevereiro a DIRINFRA deverá elaborar e encaminhar ao EMAER, via cadeia de Comando, o Relatório de Gestão Ambiental Anual, conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

2.3.8 Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação dos PLS estão descritos no Fluxograma apresentado no Anexo G.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1.1 A Educação Ambiental pressupõe um processo composto por diversas dimensões, que correspondem as suas áreas de abrangência:

- a) capacitação dos militares e servidores civis da FAB, para o trabalho com o meio ambiente por meio da aprendizagem e do desenvolvimento de novas percepções e habilidades;
- b) aprendizagem e exercício de práticas sustentáveis, que capacitem os militares e demais servidores a influenciar atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente; e
- c) realização de Campanhas Educativas.

3.1.2 As OM devem incentivar as ações e práticas educativas, voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, a partir das seguintes atividades:

- a) difusão, por intermédio dos meios de comunicação internos e externos à Força, de programas, campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade;
- b) participação, em parceria com escolas, universidades, organizações não-governamentais, empresas públicas e privadas, no desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental; e
- c) realização e participação de projetos e ações cívico sociais de conscientização e sensibilização da sociedade para a importância da preservação e conservação ambiental.

3.1.3 As propostas de atividades de Educação Ambiental deverão compor o PLS, tratado no Capítulo 2, por meio dos Planos de Capacitação e Sensibilização, detalhados nos itens 3.2 e 3.3.

3.1.3.1. Sugere-se que as práticas de Educação Ambiental sejam cadastradas na Plataforma Educare do MMA, disponível no endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente.

3.2 PLANO DE CAPACITAÇÃO EM MEIO AMBIENTE

3.2.1 O Plano de Capacitação da OM deverá fazer parte do PLS e compreenderá as definições dos temas, as metodologias e ações de capacitação a serem implementadas para a habilitação de seus militares e servidores civis que atuarão na Gestão Ambiental.

3.2.2 Os seguintes itens devem fazer parte do Plano:

- a) apresentação: fundamentos do plano, processo de estruturação e a finalidade de sua realização;
- b) objetivos: principais objetivos do plano apresentados na forma de itens ou incisos;
- c) público-alvo: definição do público a que se destina o plano;

- d) metas e resultados esperados: principais metas e resultados esperados com a implementação do plano, em termos de melhoria dos processos de trabalho e desempenho dos militares e servidores civis;
- e) classificação dos cursos e eventos: nomenclatura utilizada para a definição dos cursos e eventos no contexto do plano (cursos de curta e longa duração; cursos de formação e cursos de educação continuada; cursos gerenciais e técnico, operacionais etc);
- f) local e realização dos cursos e eventos: condições para realização da capacitação, principalmente fora do ambiente de trabalho;
- g) planejamento e acompanhamento dos resultados: definição dos procedimentos e do setor institucional responsável diretamente pelo planejamento, implementação e acompanhamento das atividades de capacitação prevista no plano; e
- h) atividades programadas: área do conhecimento; modalidade da capacitação (presencial, a distância ou mista); realização (quem fornece); carga horária; período de realização; total de participantes; e valor estimado, quando for o caso.

3.2.3 O Plano de Capacitação será revisado e atualizado a cada dois anos, tendo em vista sua inserção no PLS.

3.2.4 No Plano de Capacitação deverá estar inclusa a participação do Módulo Básico de Capacitação do MMA para os militares que atuam na Gestão Ambiental. Para ter acesso à agenda de cursos de sustentabilidade oferecidos pelo MMA (em vários estados do país) é necessário realizar contato com o órgão, por meio do endereço eletrônico a3p@mma.gov.br.

3.3 PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO EM MEIO AMBIENTE

3.3.1 A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental no efetivo da OM.

3.3.2 O Plano de Sensibilização envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas sustentáveis e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade. As campanhas podem ser realizadas de modo presencial através de palestras, minicursos, fóruns ou ainda por meio da mídia seja ela digital ou impressa.

3.3.3 Como estratégia de sensibilização recomenda-se:

- a) criar formas interessantes de envolvimento das pessoas em uma ação voltada para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- b) orientar para a redução no consumo e para as possibilidades de reaproveitamento do material descartado no local de trabalho e em casa; e
- c) incentivar o protagonismo e a reflexão crítica dos servidores sobre as questões socioambientais, promovendo a mudança de atitudes e hábitos de consumo da instituição.

4 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1.1 O gerenciamento dos resíduos sólidos é uma atividade obrigatória nas OM e deve ser procedido em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.2 Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.1.3 As OM deverão observar as seguintes orientações para uma eficiente gestão de seus resíduos:

- a) reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;
- b) incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;
- c) propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade; e
- d) incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

4.1.4 São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento in natura a céu aberto; e
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

4.1.5 Os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

- a) quanto à origem:
 - resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências;
 - resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
 - resíduos sólidos urbanos: os resíduos domiciliares e de limpeza urbana;
 - resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos de limpeza urbana, dos serviços públicos de saneamento básico, de serviços de saúde, da construção civil e dos serviços de transportes;
 - resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos;
 - resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
 - resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do Serviço Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS);
 - resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

- resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
 - resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira; e
 - resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.
- b) quanto à periculosidade:
- resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica; e
 - resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na subalínea anterior.

4.1.6 Cabe as OM adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

4.2 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

4.2.1 Estão sujeitas à elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) as OM:

- a) geradoras de resíduos sólidos de saneamento básico (ETA, ETE e outros);
- b) geradoras de resíduos de serviços de saúde;
- c) geradoras de resíduos perigosos e de resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;
- d) com atividades de construção civil;
- e) responsáveis por terminais e instalações que gerem resíduos de serviços de transportes (aeroportos e/ou aeródromos); e
- f) responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão ambiental.

4.2.1.1. As OM que não estão sujeitas à elaboração do PGRS deverão fazer constar em seu PLS, na alínea b do item 2.2.1, as atividades relativas ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

4.2.2 O PGRS tem o seguinte conteúdo mínimo:

- a) descrição da atividade geradora;
- b) diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- c) identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- d) ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

- e) metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos, à reutilização e reciclagem;
- f) medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos; e
- g) periodicidade de sua revisão.

4.2.2.1. Serão estabelecidas exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos, observado o disposto no item 5.6 desta Instrução.

4.2.3 O PGRS da OM atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município onde está situada, quando houver.

4.2.3.1. A inexistência do Plano Municipal, citado no item anterior, não isenta a OM de elaborar, implementar e operacionalizar o PGRS.

4.2.4 Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do PGRS, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.2.5 As OM responsáveis por PGRS manterão atualizadas, e disponíveis aos órgãos competentes e às autoridades interessadas, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do Plano sob sua responsabilidade.

4.3 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

4.3.1 A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as OM da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

4.3.2 Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, as OM são obrigadas a:

- a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados; e
- b) disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

4.3.3 Para atender aos sistemas de logística reversa, as OM são obrigadas a acondicionar e disponibilizar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, abaixo descritos, para coleta ou devolução:

- a) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;
- b) pilhas e baterias;
- c) pneus;
- d) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- e) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e
- f) produtos eletrônicos e seus componentes.

4.4 RESÍDUOS SÓLIDOS DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4.4.1 Os resíduos sólidos de atividades administrativas são compostos por papéis, plásticos, vidros, metais, e demais passíveis de retorno a um ciclo produtivo, além dos considerados resíduos orgânicos como restos de alimentos orgânicos (carnes, vegetais, frutas, cascas de ovos, etc) provenientes do rancho, podas e capinas, serragem, ossos, sementes, esterco, entre outros.

4.4.1.1. Os resíduos sólidos orgânicos das OM poderão ser encaminhados para a compostagem ou outra forma viável de reaproveitamento. Deverão ser devidamente separados e acondicionados em temperaturas adequadas com objetivo de evitar acidentes, proliferação de vetores e facilitar o reaproveitamento.

4.4.1.2. O óleo de cozinha usado deverá ser destinado para a reciclagem, sempre que possível. É proibido o lançamento do óleo na rede de esgoto.

4.5 COLETA SELETIVA

4.5.1 Ficará a cargo da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS) da OM, conforme item 2.1.4, a implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

4.5.2 Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelas OM as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

- a) estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- b) não possuam fins lucrativos;
- c) possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e
- d) apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

4.5.2.1. A comprovação do descrito no item acima, será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social, para as alíneas “a” e “b” e por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas para as alíneas “c” e “d”.

4.5.3 Deverão ser implementadas ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

4.5.4 As associações e cooperativas habilitadas poderão firmar acordo, perante a CGPLS para a Coleta Seletiva Solidária, para partilha dos resíduos recicláveis descartados.

4.5.4.1. Caso não haja consenso, a CGPLS realizará sorteio, em sessão pública, entre as respectivas associações e cooperativas devidamente habilitadas que firmarão termo de compromisso com a OM, para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.

4.5.4.1.1 Na hipótese do item acima, deverão ser sorteadas até quatro associações ou

cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta por um período consecutivo de seis meses, quando outra associação ou cooperativa assumirá a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

4.5.4.1.2 Concluído o prazo de seis meses do termo de compromisso da última associação ou cooperativa sorteada, um novo processo de habilitação será aberto.

4.5.5 A CGPLS, responsável pela supervisão da Coleta Seletiva Solidária de cada OM, apresentará, semestralmente, ao Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

4.6 RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

4.6.1 Os resíduos sólidos da construção civil são provenientes das atividades de construção, reformas, reparos e demolições de obras, sejam estas realizadas por empresas contratadas ou pelas próprias OM.

4.6.2 Conforme disposto no item 4.2.1, as OM com atividades de construção civil estão sujeitas à elaboração de um PGRS.

4.6.3 Os resíduos da construção civil são classificados da seguinte forma:

- a) Classe A são os resíduos recicláveis ou reutilizáveis como agregados:
 - de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
 - de construção, demolição, reformas e reparos de edificações abrangendo componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto; e
 - de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras.
- b) Classe B são os resíduos recicláveis para outras destinações:
 - plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros.
- c) Classe C são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem e/ou recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso.
- d) Classe D são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como:
 - tintas, solventes, óleos, ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

4.6.4 As diretrizes básicas do gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil são:

- a) reduzir os desperdícios e o volume de resíduos gerados;
- b) segregar os resíduos por classes e tipos;
- c) reutilizar materiais, elementos e componentes que não requeiram transformações;

- d) destinar os resíduos para a reciclagem, para que sejam transformados em matéria-prima para a produção de novos produtos; e
- e) dispor adequadamente os que não puderem ser reciclados.

4.6.5 Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota-fora”, em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei.

4.6.6 Os resíduos da construção devem ser separados na origem e nunca poderão ser misturados com resíduos de outras classes.

4.6.7 No caso de demolição, esta deve ser realizada de forma seletiva, com a finalidade de aproveitamento dos materiais.

4.6.8 Os editais de contratação de empresas para a realização de obras nas OM deverão conter requisitos que visem à gestão dos resíduos de construção civil, elaborando um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), para a efetiva redução dos impactos ambientais, principalmente no que se refere a destinação final.

4.6.9 O PGRCC deve estar em consonância com Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil do Município ou Distrito Federal em que a obra está localizada.

4.6.10 Os PGRCC deverão contemplar as seguintes etapas:

- a) caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;
- b) triagem: a triagem dos resíduos deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no item 4.6.3 desta Instrução;
- c) acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- d) transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos; e
- e) destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido no item 4.6.11.

4.6.11 Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

- a) Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- b) Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c) Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e
- d) Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.7 RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS

4.7.1 Os resíduos sólidos perigosos são os que apresentam, de acordo com ABNT NBR 10.004:2004, características como inflamabilidade, corrosividade, patogenicidade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade e oferecem risco potencial aos seres vivos e/ou ao ambiente.

4.7.2 Conforme disposto no item 4.2.1, as OM que geram resíduos perigosos estão sujeitas à elaboração de um PGRS.

4.7.3 A segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos sólidos perigosos devem ser realizados de acordo com as normas ambientais vigentes (ABNT NBR 10.004:2004, ABNT NBR 12.235:1992 e a Resolução CONAMA nº 23, de 12 de dezembro de 1996).

4.7.3.1. Os resíduos devem ser separados na origem e acondicionados em coletores apropriados, fechados e identificados, a fim de evitar contaminações, utilizando-se para isso área coberta com sistema de drenagem, com piso impermeável, dotada de kit de emergência.

4.7.4 Quando for realizado manuseio de resíduos sólidos perigosos, devem ser utilizados equipamentos de proteção individual (EPI) adequados à periculosidade de cada resíduo, evitando ao máximo qualquer tipo de contato com estes resíduos.

4.7.5 Os resíduos perigosos não devem ser armazenados com os demais resíduos. Caso ocorra a mistura de resíduos de classes diferentes, um resíduo não perigoso pode ser contaminado e tornar-se perigoso, devendo ser descartado como tal.

4.7.6 No que se refere ao transporte e destinação de resíduos sólidos perigosos, as OM devem contratar empresas especializadas e com licença ambiental em vigor, licenciadas para o fim que se destina, devendo ser acompanhado de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), com posterior retorno do Certificado de Destinação Final de acordo com as Regulamentações de Transporte de Produtos Perigosos, conforme a ABNT NBR 14.619:2018 e a Resolução nº 3.665, de 04 de maio de 2011, da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT).

4.7.7 Cabe às OM referidas no item 4.7.2:

- a) manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano;
- b) informar anualmente ao órgão competente do SISNAMA e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;
- c) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento; e
- d) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.7.8 Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do SISNAMA e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

4.7.9 As pilhas e baterias, bem como os produtos eletroeletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura, após seu esgotamento energético, deverão ser encaminhados às indústrias, fabricantes ou importadores, para que estes adotem os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, conforme item 4.3.3.

5 GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1 O gerenciamento dos recursos hídricos é uma atividade obrigatória nas OM e deve ser procedido em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

5.1.2 O abastecimento de água para consumo humano deve atender os Padrões de Potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em toda e qualquer situação, incluindo fontes individuais como poços, minas, nascentes, dentre outras.

5.1.3 A OM deverá manter e controlar a qualidade da água sob sua responsabilidade, inclusive a oriunda do abastecimento público, por meio de:

- a) controle operacional das unidades de captação, adução, tratamento, armazenamento e distribuição;
- b) capacitação e atualização técnica do pessoal encarregado da operação do sistema e do controle da qualidade da água; e
- c) análises laboratoriais da água, em períodos regulares preestabelecidos, com amostras provenientes das diversas partes que compõem o sistema de abastecimento, para fins de monitoramento das características físico-químicas, toxicológicas e bacteriológicas.

5.1.4 Os reservatórios de água das OM devem ser higienizados no mínimo uma vez a cada 6 (seis) meses, devendo ser dada especial atenção aos reservatórios que atendam ao consumo humano.

5.2 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

5.2.1 As OM deverão solicitar a outorga ao órgão competente para utilização de recursos hídricos nos seguintes casos:

- a) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- b) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- c) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
- d) aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e
- e) outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

5.2.1.1. A outorga deverá ser solicitada ainda que a OM esteja dispensada do licenciamento ambiental, conforme item 6.2.5.3.

5.2.2 A emissão da outorga de direito de uso da água em corpos hídricos de domínio da União devem ser solicitadas na Agência Nacional de Águas (ANA).

5.2.3 Corpos de água de domínio da União são aqueles lagos, rios e quaisquer correntes

d'água que passam por mais de um estado, ou que sirvam de limite com outros países ou unidades da Federação.

5.2.4 Em corpos hídricos de domínio dos Estados e do Distrito Federal, a solicitação de outorga deve ser feita junto ao órgão gestor estadual de recursos hídricos. A lista desses órgãos está disponível no endereço eletrônico da Agência Nacional de Águas.

5.2.5 É proibido nos termos da lei e sujeito às penalidades previstas, a utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos nas formas abaixo:

- a) derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;
- b) iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;
- c) utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga; e
- d) perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização.

5.2.6 A existência de poços profundos nas OM devem ser registrada no PLS, no item 2.2.1.2, na parte que trata de consumo de água.

5.2.6.1. Caso os poços não sejam regularizados junto aos órgãos competentes, deve ser elaborado um planejamento de regularização dos mesmos, incluindo-o como um Plano de Ação no PLS da OM.

5.2.6.2. No caso de desativação de poço, a OM deverá lacrá-lo, atendendo aos critérios exigidos pelas normas técnicas, devendo providenciar a baixa no cadastro do mesmo junto ao órgão responsável.

5.3 TRATAMENTO DE ÁGUA

5.3.1 As Estações de Tratamento de Água (ETA) demandam operação periódica por profissionais especializados.

5.3.1.1. A operação de ETA nas OM, portanto, devem ser executadas por contratação de profissionais especializados ou por militares capacitados.

5.4 REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA

5.4.1 As OM devem, sempre que possível, realizar ou sugerir projetos que visam o uso de sistema de aproveitamento de águas pluviais, captando-as e armazenando-as em reservatórios (inferior ou superior).

5.4.2 Devido ao risco de contaminação da água coletada, o abastecimento por águas pluviais na OM deverá ser destinado somente às seguintes atividades: descarga de vaso sanitário, tanque e máquina de lavar roupa, irrigação de hortas e jardins, lavagem de pisos, viaturas e outros usos que não requeiram água potável.

5.5 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

5.5.1 No intuito de reduzir os gastos e despesas com o abastecimento de água e contribuir para o uso racional, é necessário que as OM adotem medidas visando combater os desperdícios e vazamentos no sistema de abastecimento de água sob sua responsabilidade.

5.5.2 Para a redução do consumo de água nas OM as seguintes medidas devem ser adotadas:

- a) revisão das instalações hidrossanitárias (medida preventiva);
- b) conserto de vazamentos e infiltrações (medida corretiva); e
- c) instalação de equipamentos que geram economia de água, como caixas de descarga de volume reduzido, chuveiros de vazão reduzida, torneiras de baixo consumo, válvulas para redução de pressão, dentre outros.

5.5.3 As seguintes medidas para utilização da água nas áreas externas da edificação deverão ser observadas:

- a) ruas, calçadas, praças, pisos frios e áreas de lazer:
 - limpeza das ruas, praças e calçadas só será feita através da varredura e recolhimento de detritos, sendo expressamente vedada lavagem com água potável, exceto em casos que se confirme existência de material contagioso ou outros que tragam dano à saúde; e
 - limpeza de pisos frios e áreas de lazer, além do descrito acima, podem ser realizadas com a utilização de baldes, panos molhados ou escovão.
- b) parques, gramados e jardins:
 - não haverá rega nos dias de chuva;
 - a rega deverá ser realizada com regador ou mangueira com esguicho disposto de sistema de fechamento (revólver, bico e outros), inclusive com sistema de sprinkler (sistema de aspersão); e
 - quando a rega for realizada com sistema de sprinkler (aspersão), este deverá ser verificado periodicamente, para evitar desperdícios.
- c) viaturas:
 - a lavagem não pode ser efetuada em vias e logradouros públicos e, quando realizada internamente, só poderá ser executada com balde ou esguicho disposto de sistema de fechamento (revólver, bico e outros).

5.6 EFLUENTES

5.6.1 As OM não servidas por rede pública de coleta de esgoto deverão, preferencialmente, possuir sistemas de tratamento de esgoto que reduzam os efluentes sanitários aos padrões de lançamento em corpos hídricos receptores determinados pela legislação vigente.

5.6.1.1. Os sistemas de tratamento de esgoto demandam operação periódica por profissionais especializados, devendo ser executada por contratação desses profissionais ou por militares capacitados.

5.6.1.2. Em OM com geração de efluentes reduzida, onde não é viável a instalação de ETE, o esgoto deve ser armazenado adequadamente, atendendo aos padrões técnicos, e recolhido por empresa licenciada para o fim que se destina, para que o efluente seja corretamente tratado dentro dos padrões de lançamento em corpos hídricos receptores determinados pela legislação

vigente.

5.6.2 Para atividades de lançamento de efluentes em corpos hídricos, é necessária a obtenção de outorga e autorizações específicas, que deverão ser obtidas junto ao órgão ambiental ou de recursos hídricos competente.

5.6.3 Os esgotos sanitários em estado bruto não podem ser lançados na rede de drenagem de águas pluviais.

6 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de organizações e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

6.1.2 Nenhuma obra, atividade ou serviço de engenharia pode ser iniciado nas OM sem a devida licença ambiental, quando necessária e exigida pelo órgão ambiental competente.

6.1.2.1. A não observância de tal recomendação poderá incidir em crime ambiental, conforme a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

6.1.2.2. Inclui-se nas punições relacionadas na Lei de Crimes Ambientais: advertências, multas, embargos, paralisação temporária ou definitiva das atividades.

6.1.3 É necessária a inclusão nas planilhas orçamentárias para contratação das obras, os custos com os estudos ambientais prévios, os planos e programas ambientais a serem executados durante as obras e atividades, e, ainda, quando possível, os custos com as devidas compensações ambientais.

6.1.4 A seguir, são listados alguns tipos de empreendimentos e atividades para os quais o licenciamento ambiental é necessário:

- a) Indústria de material de transporte:
 - fabricação e montagem de aeronaves; e
 - fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.
- b) Indústria de produtos alimentares e bebidas:
 - beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
 - matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; e
 - preparação, beneficiamento e industrialização de leite e derivados.
- c) Indústrias diversas:
 - usinas de produção de concreto; e
 - usinas de asfalto.
- d) Serviços de utilidade:
 - transmissão de energia elétrica;
 - estações de tratamento de água; e
 - interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário.

6.1.4.1. Casos não listados acima, consultar o Anexo I da presente Instrução e o Art. 3º, do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015.

6.1.5 Ficam as OM obrigadas, independentemente da existência de culpa, a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por suas atividades.

6.1.6 Compete ao IBAMA o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de caráter militar, excetuando do licenciamento ambiental aqueles previstos no preparo e

emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011).

6.1.6.1. A Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) é a unidade do IBAMA responsável por executar o Licenciamento Ambiental Federal (LAF) de empreendimentos militares.

6.1.6.2. O IBAMA pode, dentro da sua competência e após análise de conveniência, delegar o processo do licenciamento para os órgãos ambientais estadual e/ou municipal.

6.1.7 Antes de iniciar qualquer processo de licenciamento ambiental ou dispensa do mesmo, a OM interessada deverá consultar o DTINFRA de sua jurisdição a fim de verificar se a área do complexo militar onde está localizada já possui processo em andamento ou finalizado, uma vez que, se a área já foi dispensada do licenciamento anteriormente, não é necessário dar entrada em outro processo.

6.2 DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

6.2.1 No caso dos empreendimentos e atividades de caráter militar destinados ao preparo e emprego o licenciamento ambiental é dispensado e, essa dispensa é emitida pelo IBAMA.

6.2.1.1. Empreendimentos e atividades de caráter militar destinados ao preparo e emprego são aqueles executados, normalmente, no interior das áreas militares, para o atendimento eficaz do emprego e da permanente eficiência operacional das Forças Armadas no cumprimento da destinação constitucional de defesa da Pátria, da lei e da ordem, e das suas atribuições subsidiárias particulares e geral, de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

6.2.2 A Portaria Normativa nº 15-MD, de 23 de fevereiro de 2016, estabelece as diretrizes para a declaração do caráter militar de atividades e empreendimentos destinados ao preparo e emprego das Forças Armadas.

6.2.2.1. Cabe ao Comandante da Aeronáutica declarar o caráter militar das atividades e empreendimentos, incluídos os seus imóveis já existentes, destinados ao preparo e emprego no âmbito do COMAER.

6.2.2.2. Os empreendimentos de caráter militar destinados ao preparo e emprego envolvem a construção, a instalação, a ampliação, a modificação e a produção e manutenção dos meios orgânicos necessários ao cumprimento da destinação constitucional e atribuições subsidiárias, pelas Forças Armadas, ou por terceiros contratados por elas, nas organizações militares.

6.2.2.3. As atividades de caráter militar destinadas ao preparo e emprego envolvem a instrução e o adestramento, o planejamento, os exercícios operacionais, a operação dos empreendimentos de caráter militar, a organização e a articulação, o desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, a inteligência e a estruturação, e a logística e mobilização das Forças Armadas.

6.2.2.4. Os empreendimentos e as atividades explicados nos itens 6.2.2.2 e 6.2.2.3 são executados nas áreas reservadas à administração militar federal sob a responsabilidade ou jurisdição do Comando da Aeronáutica, e incluem, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 1999, dentre outros, aqueles necessários para:

- a) patrulhar o território nacional, o espaço aéreo e as águas sob jurisdição nacional;

- b) cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;
- c) prover a segurança da navegação aérea;
- d) cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia;
- e) salvaguardar a soberania e os interesses nacionais nas questões territoriais e extraterritoriais, como aqueles relacionados à defesa dos recursos naturais e à manutenção da paz, dentre outros;
- f) garantir a autonomia nacional crescente, mediante contínua nacionalização de seus meios, nela incluídas pesquisa e desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional, bem como a manutenção dos meios orgânicos necessários ao cumprimento da destinação constitucional e atribuições subsidiárias das Forças Armadas;
- g) elevar o nível de prontidão operacional para o emprego das Forças Armadas, diante da imprevisibilidade de suas missões, privilegiando o início do emprego no menor espaço de tempo possível;
- h) instalar, operar e fazer a manutenção de equipamentos para monitoramento, controle, e fiscalização da faixa de fronteira, do espaço aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras;
- i) executar o apoio logístico realizado entre as áreas militares; e
- j) realizar exercícios operacionais em outras áreas públicas e privadas, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 1999.

6.2.3 Os DTINFRA são os responsáveis pela solicitação de dispensa do licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades de caráter militar, destinados ao preparo e emprego, junto ao IBAMA.

6.2.4 PROCESSO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

6.2.4.1. Para iniciar o processo de dispensa a OM interessada deverá, caso ainda não possua, solicitar a Declaração de caráter militar destinado ao preparo e emprego, da área do complexo militar onde está localizada.

6.2.4.2. A solicitação da Declaração deverá ser enviada via Ofício ao DTINFRA de sua área de jurisdição, acompanhado do Relatório Técnico embasando o caráter militar, conforme Anexo J.

6.2.4.3. O DTINFRA analisa o pleito quanto ao embasamento do caráter militar da área e a inclusão de todas as OM do complexo militar na solicitação, quando for o caso, e encaminha o processo para a DIRINFRA, via Despacho.

6.2.4.4. A DIRINFRA analisa o processo e encaminha a solicitação da Declaração de Preparo e Emprego ao COMGAP, para análise jurídica.

6.2.4.5. O COMGAP encaminha o processo ao GABAER, para aprovação do Comandante da Aeronáutica e devidas publicações no Diário Oficial da União e no Boletim do Comando da

Aeronáutica.

6.2.4.6. O DTINFRA deverá encaminhar ao IBAMA, por meio de Ofício, a Declaração e uma planta com delimitação da área, solicitando a dispensa do licenciamento ambiental para os empreendimentos, atividades ou obras a serem realizadas.

6.2.4.7. A dispensa só tem validade após parecer favorável do IBAMA, que será encaminhado pelo DTINFRA a OM solicitante.

6.2.5 OBSERVAÇÕES

6.2.5.1. Vale ressaltar que a dispensa do licenciamento ambiental não afasta a obrigatoriedade da adoção de medidas de controle e proteção ambiental, assim como a mitigação e a recuperação de áreas degradadas e/ou contaminadas, conforme as leis e normas ambientais vigentes.

6.2.5.2. As demais atividades decorrentes do processo, exigidas tanto anteriormente ou durante as fases do licenciamento, tais como a autorização de supressão de vegetal (ASV), exploração de jazidas e caixas de empréstimo, realização de bota-fora, construção e operação de canteiros de obras, usinas de asfalto e de concreto, a OM executante deverá requerer autorização junto ao órgão ambiental competente, conforme legislação em vigor.

6.2.5.3. Para atividades de captação de água e lançamento de efluentes em corpos hídricos nas OM, é necessária a obtenção de outorga e autorizações específicas, que deverão ser obtidas junto ao órgão ambiental ou de recursos hídricos competente.

6.2.5.4. Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação da Dispensa do Licenciamento Ambiental estão descritos no Fluxograma apresentado no Anexo K.

6.3 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

6.3.1 As atividades militares utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos militares capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, localizados, ou não, no interior das áreas militares e não destinados ao preparo e emprego da Força, deverão realizar o Licenciamento Ambiental, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

6.3.2 A licença ambiental para empreendimentos e atividades supracitados dependerá de prévio estudo ambiental, que deverá ser realizado por profissionais legalmente habilitados, contratados pela OM interessada.

6.3.3 As OM interessadas são as responsáveis pela solicitação do licenciamento ambiental junto ao IBAMA e, para tal, deverão se cadastrar, por meio de seu Gestor Ambiental, no sistema desse Órgão, através do Cadastro Técnico Federal (CTF), disponível no endereço eletrônico do IBAMA.

6.3.4 PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

6.3.4.1. A OM interessada deverá preencher a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) no endereço eletrônico citado no item 6.3.3, com apoio e acompanhamento do DTINFRA.

6.3.4.2. O IBAMA avaliará o pleito e orientará as diretrizes, conteúdo, abrangência e métodos

do estudo ambiental a ser elaborado para o tipo e porte do empreendimento e potenciais impactos gerados.

6.3.4.2.1 Caso não haja profissional habilitado na OM ou no DTINFRA, a OM interessada deverá contratar empresa ou profissional especializados e habilitados para elaborar os estudos definidos pelo órgão ambiental, com atenção ao disposto no item 6.1.3.

6.3.4.3. O processo de licenciamento ambiental será instaurado pelo IBAMA e o tipo de licença ou autorização a ser requerida, serão definidos pelo IBAMA no âmbito de cada processo, com base no estabelecido nas normativas legais relacionadas a cada tipologia de empreendimento.

6.3.4.4. Os procedimentos para o licenciamento ambiental obedecerão as seguintes etapas, conforme disposto na Instrução Normativa nº 184, de 17 de julho de 2008, do IBAMA:

- a) instauração do processo;
- b) licença prévia;
- c) licença de instalação; e
- d) licença de operação.

6.3.4.5. Os procedimentos, documentos, relatórios e o processo de tramitação do Licenciamento Ambiental estão descritos no Fluxograma apresentado no Anexo K.

7 POSTOS DE ABASTECIMENTO

7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

7.1.1 As atividades desenvolvidas pelos postos de abastecimento (tanques de combustível) e pelas oficinas mecânicas (manutenção e lavagem de aeronaves e automóveis) são consideradas potencialmente poluidoras, pois podem ser prejudiciais à água, ao solo e ao ar. Portanto, cabe às OM que possuem estes tipos de instalações, assegurarem que as mesmas não ofereçam riscos de contaminação ao meio ambiente.

7.1.2 A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação dos empreendimentos e atividades citados no item 7.1.1 dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

7.1.2.1. Para os procedimentos de licenciamento ambiental deve-se consultar o Capítulo 6.

7.1.2.2. As instalações aéreas com capacidade total de armazenagem de até 15 m³ e destinadas exclusivamente ao abastecimento de viaturas das OM do COMAER ficam dispensadas do processo de licenciamento ambiental, devendo ser construídas de acordo com as normas técnicas e legislações em vigor.

7.1.2.2.1 Vale ressaltar que a dispensa do licenciamento ambiental não afasta a obrigatoriedade da adoção de medidas de controle e proteção ambiental, assim como a mitigação e a recuperação de áreas degradadas e/ou contaminadas, conforme as leis e normas ambientais vigentes.

7.1.3 Os equipamentos e sistemas destinados ao armazenamento e a distribuição de combustíveis automotivos deverão ser testados e ensaiados para a comprovação da inexistência de falhas ou vazamentos com periodicidade não superior a cinco anos.

7.1.4 O posto de abastecimento deve possuir sistema próprio de coleta de seus efluentes, com caixa separadora de água e óleo. Esse sistema não pode estar ligado diretamente à rede de esgoto e/ou rede de águas pluviais. As canaletas que coletam os efluentes devem estar sempre limpas e desobstruídas.

7.1.4.1. O óleo, resultante da separação dos efluentes, deverá ser acondicionado em coletores apropriados, fechados e identificados, a fim de evitar contaminações. As OM devem contratar empresas especializadas e com licença ambiental em vigor para o fim que se destina, para efetuar a disposição final desses resíduos, conforme item 4.7.

7.1.4.2. A água resultante da separação dos efluentes não poderá ser lançada diretamente na rede de esgoto ou na rede de águas pluviais e/ou em corpos hídricos. As OM deverão possuir sistema de tratamento de efluentes ou armazenar os efluentes e enviá-los para tratamento externo, conforme item 4.7.

7.1.5 Os novos tanques de armazenamento de combustíveis das OM do COMAER deverão ser aéreos, tendo em vista que apresentam menor probabilidade de contaminação do ambiente e do seu entorno.

7.2 REMOÇÃO DE TANQUES DE COMBUSTÍVEIS SUBTERRÂNEOS

7.2.1 Os tanques de combustíveis enterrados das OM que estejam com a validade vencida e/ou em más condições deverão ser removidos e substituídos por tanques aéreos.

7.2.2 Para a atividade de remoção de um tanque de combustível, faz-se necessária a adoção de medidas de segurança, sempre no intuito de minimizar os riscos à saúde humana, às instalações e ao meio ambiente.

7.2.3 Antes do início dos trabalhos de remoção de tanques, a OM responsável, por meio de seu Gestor de Patrimônio Ambiental, deve consultar o órgão ambiental competente para verificar os procedimentos e documentos necessários para liberação da atividade de remoção, além dos relatórios e procedimentos listados nesta Instrução.

7.2.4 Deverá ser elaborado um Relatório Técnico para desativação e remoção de Tanques de Combustíveis, por profissionais habilitados, responsáveis tecnicamente pelas informações apresentadas (com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART), para fins de controle, com conteúdo mínimo de acordo com o estabelecido no Anexo L.

7.2.4.1. Caso não haja profissional habilitado na OM ou no DTINFRA, a OM interessada deverá contratar empresa ou profissional especializados e habilitados para elaboração do Relatório.

7.2.4.2. Este Relatório deverá estar disponível para consulta em caso de inspeção dos órgãos ambientais e/ou do SISGA.

7.2.5 Ainda, deverá ser elaborado o Relatório de Investigação Ambiental (RIA), ou estudo similar, assinado por profissional habilitado, responsável tecnicamente pelas informações apresentadas (com emissão de ART), a fim de avaliar a composição do solo e da água no entorno do tanque para verificar a existência, ou não, de contaminação.

7.2.5.1. Caso não haja profissional habilitado na OM ou no DTINFRA, a OM interessada deverá contratar empresa ou profissional especializados e habilitados para elaboração do Relatório.

7.2.6 A OM interessada deverá contratar empresa especializada para realizar a desativação, remoção e disposição final dos tanques de combustível.

7.2.7 Ainda, poderá ser firmado um acordo de cooperação com a empresa fornecedora dos tanques de armazenamento e abastecimento de combustíveis para que ela realize a desgaseificação e a disposição final dos tanques, tendo em vista que essas empresas são corresponsáveis pelos tanques.

7.2.8 ÁREA NÃO CONTAMINADA

7.2.8.1. A desativação, remoção e destinação dos tanques de combustíveis subterrâneos, se não houver contaminação da área, conforme conclusão do RIA (item 7.2.5), deverá atender os procedimentos da ABNT NBR 14.973-Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis-Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.

7.2.9 ÁREA CONTAMINADA

7.2.9.1. Após a desativação, remoção e destinação do tanque, de acordo com o item 7.2.8.1, a área deverá ser descontaminada e recuperada.

7.2.9.2. Para a recuperação da área contaminada, sugere-se a parceria com a empresa fornecedora das instalações de abastecimento e combustíveis, conforme item 7.2.7, ou a contratação de empresa especializada.

7.3 IMPOSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DE TANQUE DE COMBUSTÍVEL

7.3.1 Na impossibilidade da remoção de algum tanque, deverá ser apresentado laudo técnico justificando tal fato, assinado por profissional habilitado (com emissão de ART), devendo atender à ABNT NBR 14.973 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.

7.3.1.1. Considera-se impossibilidade técnica para remoção do tanque:

- a) tanques cuja retirada afete a estabilidade estrutural de edificações, coberturas, galerias subterrâneas, vias públicas e dutos de serviços; e
- b) tanques anteriormente desativados e preenchidos com material e seu peso comprometa a segurança durante a remoção.

7.3.2 ÁREA NÃO CONTAMINADA

7.3.2.1. Para os casos citados no item 7.3.1.1, se não houver contaminação da área, conforme conclusão do RIA (item 7.2.5), o tanque deverá ser limpo e desgaseificado antes de sua desativação permanente, ser preenchido com areia ou outro material inerte e devidamente tamponado. Além disso, o terreno deverá ser recomposto.

7.3.3 ÁREA CONTAMINADA

7.3.3.1. Após a desativação e inertização do tanque, conforme item 7.3.2.1, a área deverá ser descontaminada e recuperada.

8 SUPRESSÃO VEGETAL

8.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

8.1.1 Para realizar a supressão de vegetação nativa e/ou exótica, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, é necessária a autorização do órgão ambiental competente.

8.1.1.1. A supressão vegetal deverá ser realizada sempre de acordo com as normas dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federal.

8.1.2 Deverá ser realizado em conjunto com a supressão vegetal, quando necessário, o afugentamento e resgate da fauna, por biólogos e/ou médicos veterinários qualificados.

8.1.3 Existem exemplares/espécies arbóreas que são imunes ao corte e são considerados tombados como Patrimônio Ecológico, em decorrência de sua raridade ou risco de extinção.

8.1.3.1. Exemplos: a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) na Região Norte, o Pau-Brasil (*Caesalpinia equinata*) na Região Sudeste, a Araucária (*Araucaria angustifolia*) no Sul e o Pequi (*Caryocar brasiliense*) no Centro-Oeste.

8.1.4 Ficam, ainda, imunes ao corte os espécimes arbóreo arbustivos que apresentam as seguintes características, conforme Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 444, de 26 de novembro de 2018:

- a) as espécies lenhosas nativas ou exóticas raras, porta-sementes, de expressão histórica, excepcional beleza ou raridade;
- b) todas as espécies lenhosas em terreno cuja declividade seja superior a 20%; e
- c) todas as espécies lenhosas localizadas em áreas de preservação permanente, de reserva ecológica e de instabilidade geomorfológica sujeitas à erosão.

8.1.4.1. Os espécimes citados no item acima só poderão sofrer remanejamento em situação de excepcional interesse público, com autorização prévia do órgão ambiental competente.

8.2 AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL

8.2.1 A Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) é o instrumento que disciplina os procedimentos para supressão de vegetação em qualquer atividade.

8.2.1.1. A retirada da vegetação do sub-bosque da floresta (bosqueamento) ou a exploração florestal sob regime de manejo sustentável, para retirada seletiva de exemplares comerciais (palmito, cipós, espécies ornamentais, espécies medicinais, toras de madeira, etc) não podem ser realizados sem o amparo da ASV.

8.2.2 Cabe aos órgãos ambientais competentes, de acordo com o SISNAMA, a aprovação do manejo e da supressão de vegetação e a emissão da ASV.

8.2.2.1. Quando da dispensa do licenciamento ambiental em função de empreendimentos ou atividades para o preparo e emprego, conforme item 6.2, deverá ser acordado com o órgão ambiental competente, a formalização da compensação necessária para supressão vegetal.

8.2.3 A emissão de ASV pelo órgão ambiental competente será subsidiada pela caracterização dos tipos de vegetação a serem suprimidos, que deverá ser realizada por

profissional habilitado com registro no Conselho de Classe e ART.

8.2.3.1. Caso não haja profissional habilitado na OM ou no DTINFRA, a OM interessada deverá contratar empresa ou profissional especializados e habilitados para elaborar os estudos definidos pelo órgão ambiental, atentando-se ao disposto no item 6.1.3.

8.2.3.2. A caracterização deverá conter o levantamento florístico com a delimitação da área objeto de supressão, a localização das unidades amostrais e apresentar a metodologia adotada, tamanho e forma das unidades amostrais. Ainda, deverá contemplar as áreas de vegetação natural a serem diretamente afetadas pelas obras do empreendimento.

8.2.3.3. Em caso de previsão de supressão de espécies constantes nas listas oficiais de flora ameaçada de extinção brasileira ou estaduais, as áreas onde tais espécies ocorrem deverão ser objeto de um Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal, previamente à supressão.

8.3 MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES EM AERÓDROMOS

8.3.1 Tendo em vista as normas de segurança de voo, os operadores de aeródromo devem manter as áreas verdes inseridas na área operacional de forma a não interferir na visualização dos auxílios visuais e navegação aérea, não permitir que a vegetação se configure em obstáculo à navegação aérea, não propiciar condições para atração de fauna e não comprometer o fluxo do sistema de drenagem do aeródromo.

8.3.2 O controle da vegetação acaba se configurando como método eficiente para reduzir a presença de aves em aeródromos. A altura, o regime de corte da grama, a seleção da composição de espécies vegetais e a remoção de árvores e arbustos são aspectos relativos ao controle da vegetação, importantes para mitigar colisões com custo-benefício adequado.

8.3.3 Dessa forma, a manutenção das áreas verdes nos aeródromos, através da poda de árvores e corte de grama, deve ser realizada frequentemente, não permitindo que a vegetação cresça a ponto de se configurar como “em regeneração” (estágio médio ou inicial) e ser necessária a compensação pela supressão vegetal.

8.3.3.1. Define-se como poda de árvores, o ato de cortar árvores e ramos em pé. Para a execução de qualquer tarefa com eficiência e segurança, no corte de árvores, abate, corte de troncos em toras, corte de galhos, com a utilização de motosserras e outros equipamentos para corte e poda, deve-se seguir rigorosamente as recomendações técnicas, legais e de segurança.

8.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.4.1 Considerando que, para toda supressão de árvore, sobretudo as nativas, há necessidade de compensação ambiental, recomenda-se que, antes do plantio de qualquer árvore nas OM, seja consultado o Gestor de Patrimônio Ambiental ou profissional competente para avaliar a espécie a ser utilizada e o local a ser plantado, garantindo também, a segurança das construções.

8.4.2 Nos casos de queda natural das árvores em função de fortes ventos, chuvas, patógenos, entre outros, o fato deve ser documentado, fotografado e arquivado, antes da remoção dos fragmentos arbóreos, para salvaguarda da OM em caso de fiscalização dos órgãos ambientais ou eventuais denúncias.

9 MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES

9.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1.1 Fica proibido às OM do COMAER e a todo seu efetivo, matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, impedir a procriação da fauna, sem ou em desacordo com devida permissão, licença ou autorização do órgão ambiental competente, bem como, modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural.

9.1.1.1. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos no item 9.1.1, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

9.1.1.2. A Lei nº 12.725 e a Resolução CONAMA nº 466 dispõem sobre o controle e manejo de fauna em aeródromos e em áreas de entorno, que visa à diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com espécimes da fauna, e estabelecem as diretrizes e os procedimentos para realização do manejo de animais, transporte e destinação, captura e translocação, coleta e destruição de ovos e ninhos e abate de animais.

9.1.2 É proibido ainda praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos nas áreas ou instalações militares do COMAER.

9.1.3 Para apanhar, manejar, translocar ou manter em cativeiro animais silvestres é necessária a autorização junto ao órgão ambiental competente, sem prejuízo das demais exigências legais.

9.1.4 Caso algum animal silvestre seja encontrado em áreas ou instalações do COMAER, deverá ser acionado o órgão de fiscalização ambiental competente, para realizar o resgate, captura, transporte, remoção de indivíduos feridos, debilitados ou quando em situações de risco.

9.1.5 As OM que possam vir a criar e utilizar animais para pesquisa científica devem realizar registro e solicitar as autorizações necessárias junto aos órgãos competentes, além de serem supervisionadas por profissionais de nível superior, nas áreas afins, devidamente registrados em seus Conselhos de classe e nos órgãos competentes.

10 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

10.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.1 As especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras no âmbito do COMAER deverão conter critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte de produtos e matérias-primas.

10.1.2 São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

10.1.3 A inclusão de critérios de sustentabilidade deve ser feita de modo claro e objetivo, observando o que mercado pode ofertar, e as possibilidades de comprovação e verificação dos critérios inseridos pelo órgão público através de certificações e documentos comprobatórios.

10.1.4 O instrumento convocatório das contratações deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

10.1.5 Nas licitações que utilizam como critério de julgamento a melhor técnica, ou a técnica e o preço, deverão ser estabelecidos no edital critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e a classificação das propostas.

10.1.6 As contratações de equipamentos e serviços, bem como a elaboração de Projetos de Engenharia devem aplicar as orientações estabelecidas na Diretriz do Comando da Aeronáutica que versa sobre “Gestão de Energia no COMAER – DCA 14-13”. Destaca-se que a construção de novas estruturas deve considerar a elaboração de Projetos Eficientes em consonância com o Programa de Eficiência Energética do Comando da Aeronáutica (PEE-COMAER).

10.1.7 É vedada a aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO), discriminadas abaixo:

- a) CFC-11 Tricloronitrometano;
- b) CFC-12 Diclorodifluormetano;
- c) CFC-13 Clorotrifluormetano;
- d) CFC-111 Pentaclorofluoretano;
- e) CFC-112 Tetraclorodifluoretano;

- f) CFC-113 Triclorotrifluoretano;
- g) CFC-114 Diclorotetrafluoretano;
- h) CFC-115 Cloropentafluoretano;
- i) CFC-211 Heptaclorofluorpropano;
- j) CFC-212 Hexaclorodifluorpropano;
- k) CFC-213 Pentaclorotrifluorpropano;
- l) CFC-214 Tetraclorotetrafluorpropano;
- m) CFC-215 Tricloropentafluorpropano;
- n) CFC-216 Diclorohexafluorpropano;
- o) CFC-217 Cloroheptafluorpropano;
- p) HALON 1211 Bromoclorodifluormetano;
- q) HALON 1301 Bromotrifluormetano;
- r) HALON 2402 Dibromotetrafluoretano;
- s) CCl₄ Tetracloroeto de Carbono; e
- t) C₂H₃Cl₃ 1,1,1 Tricloroetano (Metil Clorofórmio).

10.1.7.1. Excluem-se do disposto no item 10.1.7 os produtos ou equipamentos considerados de usos essenciais, como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar, bem como serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração.

10.1.8 É vedada a utilização de amianto, e dos produtos que contenham esta fibra, na realização de obras no âmbito do COMAER, assim como, a aquisição de quaisquer bens que utilizem na sua composição esta substância.

10.1.9 As OM deverão identificar os bens, serviços e obras, que são adquiridos com maior frequência e em maior quantidade, a fim de analisar a viabilidade em adotar exigências de sustentabilidade nas licitações futuras, optando por produtos equivalentes que causem menor impacto ambiental e que, por exemplo, tenham maior eficiência energética.

10.2 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

10.2.1 As OM deverão fazer constar nas especificações, e demais exigências dos projetos básicos ou executivos, e nos editais para contratações de obras e serviços (reformas, construções em imóveis próprios ou de terceiros), a obrigatoriedade da utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, o consumo de água e energia, e que permitam o uso racional dos mesmos, tais como:

- a) aquisição de novos equipamentos e metais hidráulicos e sanitários de melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência no consumo de água;
- b) uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- c) automação da iluminação dos prédios, uso de sensores de presença e aproveitamento da iluminação natural;

- d) uso exclusivo de lâmpadas de LED e de luminárias eficientes;
- e) energia solar para aquecimento de água;
- f) sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- g) sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- h) aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte e armazenamento;
- i) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- j) comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução das obras ou serviços.

10.2.1.1. Ainda, deverão ser especificados, nos projetos de obras de engenharia e reformas das OM do COMAER, materiais comprovadamente fabricados de acordo com as normas ambientais vigentes e que gerem menos impacto ambiental tais como tintas naturais, telhas “ecológicas”, piso intertravado, dentre outros.

10.2.1.2. Os instrumentos convocatórios e os contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta dos mesmos, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, conforme disposto no item 4.6.

10.2.2 É necessária a inclusão nas planilhas orçamentárias para contratação das obras, os custos com os estudos ambientais prévios, os planos e programas ambientais a serem executados durante as obras e atividades, e, ainda, quando possível, os custos com as devidas compensações ambientais.

10.2.3 Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

10.2.4 Na elaboração do projeto básico de setores com atendimento ao público externo, deverão ser considerados os padrões de acessibilidade constantes da Lei 10.098/2000, Decreto 5.296/2004 e NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto 6.949/2009.

10.2.5 Para atender o disposto no item 4.6, na contratação de obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, devem ser inseridos no Termo de Referência, no item de obrigações da contratada, os tópicos:

10.2.5.1. “A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 307, de 2002 e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da

Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e
 - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas; e
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas, ABNT NBR nº 15.112; 15.113; 15.114; 15.115 e 15.116, de 2004.”.

10.2.5.2. Na contratação de obras ou serviços de engenharia que envolvam a utilização de fonte fixa que emita poluentes na atmosfera, deve ser inserido no Termo de Referência, no item de obrigações da contratada, o tópico: “Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte”.

10.2.5.3. Na contratação de obras ou serviços de engenharia que envolvam a utilização de produtos ou subprodutos florestais, bem como de produtos preservativos de madeira, devem ser observadas as orientações contidas no Anexo M.

10.3 BENS E SERVIÇOS

10.3.1 Todas as OM do COMAER quando da aquisição de bens, deverão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado,

atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15.448-1 e 15.448-2;

- b) que sejam selecionados produtos de menor impacto ambiental em relação aos seus similares atentando aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.3.1.1. A comprovação do disposto no item 10.3.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

10.3.1.2. O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação do disposto no item 10.3.1, a OM contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

10.3.2 Ofertas em relação a muitos produtos sustentáveis encontram-se no Portal de Compra do Governo Federal com Critérios de Sustentabilidade (www.comprasgovernamentais.gov.br) em Sistema de Catalogação de Material (CATMAT).

10.3.3 Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água, conforme instituído no item 5.5 desta Instrução;
- c) observação da utilização do Selo Ruído em equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- e) realização de um programa interno de treinamento de seus colaboradores, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) realização da separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- g) respeito às Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos; e

- h) previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto no item 4.7 desta Instrução.

10.3.3.1. O disposto no item 10.3.3 não impede que as OM contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

10.3.4 No Anexo M encontram-se os critérios de sustentabilidade ambiental mínimos a serem inseridos nos Termos de Referência e nos Editais de aquisições de materiais, tais como agrotóxicos, aparelhos eletroeletrônicos, óleo lubrificante, detergente, entre outros, e de serviços que envolvam os mesmos.

10.4 CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

10.4.1 São obrigadas à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) as empresas contratadas que se dediquem, isolada ou cumulativamente:

- a) às atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, conforme Anexo I;
- b) à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente; e
- c) à extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora.

10.4.2 A declaração, no CTF/APP, de atividades que sejam constantes do objeto social ou da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) não desobriga a contratada de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que estejam relacionadas no Anexo I e que sejam exercidas pelo estabelecimento.

10.4.3 São obrigadas à inscrição no CTF/APP, também, as empresas contratadas que exerçam atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental, conforme Anexo I, por meio de:

- a) Licença Ambiental de Instalação de empreendimento, ou equivalentes;
- b) Licença Ambiental de Operação de empreendimento, ou equivalentes;
- c) Licença Ambiental para exercício de atividade, ou equivalentes;
- d) outras ações de controle e fiscalização ambiental aprovativas (licenciamento, autorização, concessão, permissão ou qualquer procedimento administrativo de órgão ambiental competente que resulte na emissão de ato aprovativo para exercício de atividades potencialmente poluidoras e de atividades utilizadoras de recursos ambientais); ou
- e) ato administrativo de dispensa de aprovação ambiental, quando condicionado ao cumprimento de regras específicas pré-determinadas para o exercício da atividade ou funcionamento do empreendimento objeto da dispensa.

REFERÊNCIAS

ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil. Regulamento Brasileiro da Aviação Civil. RBAC nº 153, de 22 de fevereiro de 2018.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10:004 (2004) – Classificação de Resíduos Sólidos.

_____. NBR 12.235 (1992) – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.

_____. NBR 14.619 (2018) – Transporte terrestre de produtos perigosos.

_____. NBR 14.973 (2010) – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 1.715/GC3, de 24 de outubro de 2018. Aprova a Política de Meio Ambiente do Comando da Aeronáutica (DCA 14-12). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 188, 26 out. 2018.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Portaria nº 192/ADNP, de 07 de novembro de 2018. Aprova a edição da Norma que dispõe sobre o Sistema de Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica (NSCA 83-1). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 211, 04 dez. 2018.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 25/4SC1, de 29 de junho de 2018. Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre a Implantação do Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do COMAER (ICA 400-54). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 114, 05 jul. 2018.

_____. CONAMA. Resolução nº 05, de 31 de agosto de 1993. Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.

_____. CONAMA. Resolução nº 20, de 07 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.

_____. CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental.

_____. CONAMA. Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999. Estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.

_____. CONAMA. Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000. Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição.

_____. CONAMA. Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

_____. CONAMA. Resolução nº 319, de 04 de dezembro de 2002. Dá nova redação a dispositivos da Resolução CONAMA nº 273/00, de 29 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços.

_____. CONAMA. Resolução nº 348, de 16 de agosto de 2004. Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

_____. CONAMA. Resolução nº 382, de 26 de dezembro de 2006. Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

_____. CONAMA. Resolução nº 436, de 22 de dezembro de 2011. Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007.

_____. CONAMA. Resolução nº 466, de 05 de fevereiro de 2015. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos e dá outras providências.

_____. Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998. Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001. Regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2002. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

_____. Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015. Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.

_____. IBAMA. Instrução Normativa nº 184, de 17 de julho de 2008. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental federal.

_____. IBAMA. Instrução Normativa nº 6, de 07 de abril de 2009. Dispõe sobre a emissão da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nos empreendimentos licenciados pela

Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA que envolvam supressão de vegetação.

_____. IBAMA. Instrução Normativa nº 11, de 13 de abril de 2018. Altera a IN nº 6, de 15 de março de 2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e dá outras providências.

_____. IBAMA. Instrução Normativa nº 7, de 30 de abril de 2015. Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro.

_____. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

_____. Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23º da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

_____. Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21º da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o §1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012. Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos..

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016. Estabelece diretrizes para a declaração do caráter militar de atividades e empreendimentos da União, destinados ao preparo e emprego das Forças Armadas.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 444, de 26 de novembro de 2018. Institui a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SLTI. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SLTI. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

SÃO PAULO. Decreto nº 48.138, de 07 de outubro de 2003. Institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo.

Anexo A – Diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável

1. FINALIDADE

A finalidade deste Anexo é orientar e fornecer subsídios para a elaboração dos PLS, em consonância com o disposto na Política de Meio Ambiente do Comando da Aeronáutica, DCA nº14-12, instituída pela Portaria nº 1.715/GC3 de 24 de outubro de 2018.

2. OBJETIVO GERAL DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA OM

O PLS é um documento produzido pela OM para o planejamento das ações ambientais, cujo objetivo é definir as ações e as medidas necessárias para regular as atividades e uniformizar os procedimentos para a execução da gestão ambiental, de maneira a adequar a realização das atividades administrativas, logísticas e de preparo e emprego da OM às leis ambientais vigentes.

Os objetivos e metas estabelecidos no PLS devem refletir os aspectos e impactos ambientais significativos e relevantes da OM, visando o desdobramento em metas e objetivos ambientais a serem alcançados operacionalmente por atividades específicas da OM, com responsabilidade definida.

O PLS deve ser atualizado, no máximo, a cada dois anos, cujo conteúdo mínimo se encontra apresentado neste Anexo.

3. CONTEÚDO MÍNIMO DO PLS OM

O Plano de Gestão de Logística Sustentável da OM deverá ser elaborado conforme o previsto na NSCA 10-2/2019, publicado em Boletim Interno e apresentar o seguinte conteúdo mínimo:

a) FINALIDADES

Este Plano tem por finalidade estabelecer os objetivos, as metas e as ações para a inserção de práticas de sustentabilidade na gestão da logística na (nome da OM), em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; à Instrução Normativa (IN) nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e à ICA 83-1/2019, que trata do Controle e Gestão do Meio Ambiente no Âmbito do Comando da Aeronáutica. (sugestão de redação)

b) ÂMBITO

O presente Plano aplica-se às instalações pertencentes à (OM). (sugestão de redação); ou

O presente Plano aplica-se às instalações pertencentes à (OM) e à (OM que compartilham das mesmas edificações ou área), unidades que atualmente compartilham as mesmas edificações. (sugestão de redação)

c) RESPONSABILIDADES

- A responsabilidade pela elaboração e monitoramento do PLS é da CGPLS-(OM).
- A responsabilidade pelo cumprimento do PLS é de todos os servidores civis e militares do efetivo da (OM) e da (OM que compartilham das mesmas edificações ou

área se for o caso).

d) OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes e um conjunto de ações para a inserção de atributos de sustentabilidade no ciclo da gestão da logística da (OM). (sugestão de redação)

e) OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Seguem algumas sugestões de redação:

- Estabelecer os procedimentos que deverão ser adotados para minimizar os impactos decorrentes das atividades administrativas, logísticas e de preparo e emprego da (OM);
- Promover uma boa gestão de recursos naturais e de materiais de consumo para redução dos gastos públicos, considerando os atributos de sustentabilidade;
- Realizar o gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas instalações da (OM) por meio da redução da geração e destinação final ambientalmente correta;
- Desenvolver campanhas educativas, de modo a implantar uma cultura organizacional pautada em práticas ambientais adequadas e de consumo sustentável;
- Promover a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e a integração do efetivo e demais colaboradores da (OM);
- Aprimorar os processos de compras e contratações sustentáveis, segundo a Lei nº 8.666/1993 e o Decreto nº 7.746/2012, de modo a garantir os critérios de sustentabilidade ambiental, nos processos licitatórios;
- Desenvolver nos integrantes da (OM) a consciência socioambiental voltada para a ação e a conservação do meio ambiente, redução do consumo, dos gastos e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Proporcionar a capacitação e o treinamento de recursos humanos em gestão ambiental para atender às exigências da Força Aérea, no cumprimento da legislação ambiental;
- Realizar ações de recuperação do meio ambiente, sempre que possível, nas áreas degradadas em consequência das atividades e empreendimentos militares;
- Buscar permanentemente a melhoria da qualidade ambiental; e
- Estimular a proposição e execução de projetos ambientais, buscando, sempre que possível, as parcerias com instituições públicas e privadas voltadas para a preservação do meio ambiente.

f) MATERIAIS DE CONSUMO

- Objetivo:
 - Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações dos itens **ConsPB**, **ConsC200** e **ConsC50** do Anexo D.
- Metas:
 - Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

g) ENERGIA ELÉTRICA

- Objetivo:
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **ConsEE** do Anexo D, empresa fornecedora, materiais utilizados, vícios detectados, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

h) USO DA ÁGUA

- Objetivo:
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **VolA** do Anexo D, formas de abastecimento, empresa fornecedora, vícios detectados, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

i) COLETA SELETIVA

- Objetivo:
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **RecP**, **RecPpl**, **RecTn**, **RecPl**, **TRec** e **ReutP** do Anexo D, quando for o caso, quantidade de resíduos gerados, se existe empresa coletora, cooperativas, vícios detectados, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

j) QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

- Objetivo: promover melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho de modo a evitar doenças ocupacionais por meio de ações preventivas de saúde e de segurança para melhor desempenho das atividades produtivas no trabalho. O ambiente de trabalho humanizado visa proporcionar ao efetivo segurança à saúde física e mental em benefício da produtividade no trabalho (sugestão de redação).
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **PartEf** do Anexo D, quando for caso, tipos de programas ou ações, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

k) TELEFONIA FIXA

- Objetivo:
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **GastoTelFix** do Anexo D, quantidade de ramais e linhas, quantidade de pessoas por ramal/linha, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

l) TELEFONIA MÓVEL

- Objetivo:
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **GastoTelMov** do Anexo D, quantidade de linhas, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

m) LIMPEZA

- Objetivo:
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **GastoLimpA e GrRepac** do Anexo D, valor total anual de repactuação, valor total anual do contrato, área interna, área externa, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

n) COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

- Objetivo: tornar sustentáveis as compras e contratações públicas, com o emprego de critérios ambientais, econômicos e sociais (sugestão de redação).
- Diagnóstico: fazer um breve relato sobre as informações do item **EmpSust, GastoSust e ISust** do Anexo D, etc.
- Metas:
- Ações a realizar: especificar o setor, o responsável, a data de início e a data final de cada ação proposta.
- Indicadores de desempenho:

- Apresentação
- Objetivos
- Público-alvo
- Metas e resultados esperados
- Classificação dos cursos e eventos (quanto a tipologia e duração)
- Local e realização dos cursos e eventos
- Planejamento e acompanhamento dos resultados
- Atividades programadas

- Apresentação
- Objetivos
- Público-alvo
- Atividades programadas
- Metas e resultados esperados
- Planejamento e acompanhamento dos resultados

[illegible]

r) RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS

s) DISPOSIÇÕES FINAIS

Inserir informações relativas à avaliação do plano, medidas, procedimentos e periodicidade das reuniões da CGPLS OM.

t) REFERÊNCIAS

u) ANEXOS

- Anexo X1 – Portaria de designação da CGPLS OM
- Anexo X2 – Lista de Materiais de Consumo
- Anexo X3 – Indicadores

v) OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS NECESSÁRIAS

Os PLS devem conter ainda, no que lhes couber, as seguintes informações, de acordo com as missões e atividades peculiares de cada OM:

- Avaliação dos riscos de danos ambientais das atividades militares desenvolvidas pela OM;
- Manejo nos campos e áreas de instrução (possibilidade de alternar o local das instruções para evitar ou minimizar o dano ambiental causado pelo uso excessivo de determinado espaço da área);
- Atividades e empreendimentos submetidos ou dispensados do licenciamento ambiental;
- Inclusão no cronograma de atividades a implantação institucional da A3P, se for o caso;
- Desenvolvimento de ações com o propósito de evitar ou minimizar possíveis impactos que serão provocados ao meio ambiente, devido às atividades militares; e
- Previsão dos Projetos Ambientais necessários e de interesse da OM, tomando por base os impactos ambientais mais significativos e as metas estabelecidas.

Anexo B – Modelo de Lista de Materiais de Consumo**COMANDO DA AERONÁUTICA**

.....(ODS).....

.....(OM).....

Código¹	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de medida²	Valor total (R\$)³	Item Sustentável (Sim / Não)

¹ Refere-se ao código do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT).² Quando se aplicar.³ Somatório do valor em Real dos itens adquiridos no período de 1 ano.

Anexo C – Sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais

I - Materiais de Consumo
Papel <ol style="list-style-type: none">1. Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel;2. Substituir o uso de documentos impressos por documentos digitais;3. Imprimir apenas se necessário;4. Revisar os documentos antes de imprimir;5. Controlar o consumo de papel para impressão e cópias;6. Programar manutenção ou substituição das impressoras, em razão de eficiência;7. Imprimir documentos no modo frente e verso;8. Reaproveitar o papel impresso em apenas um lado para a confecção de blocos de rascunho;9. Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente; e10. Realizar campanhas de sensibilização para redução do consumo de papel.
Copos Descartáveis <ol style="list-style-type: none">1. Dar preferência para os copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem ou que sejam biodegradáveis, com vistas a minimizar impactos ambientais adversos; e2. Realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis, com distribuição de canecas ao efetivo.
Cartuchos para Impressão <ol style="list-style-type: none">1. Dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou tóner; e2. Dar preferência para que os documentos de rotina sejam impressos em modo econômico.
II - Energia Elétrica <ol style="list-style-type: none">1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;2. Monitorar o consumo de energia;3. Promover campanhas de conscientização;4. Desligar luzes e monitores ao se ausentar do ambiente;5. Fechar as portas e janelas quando ligar o ar-condicionado;6. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho para ventilação e iluminação natural;7. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento;8. Revisar o contrato visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do órgão ou entidade;9. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar condicionado mais modernos e eficientes, visando reduzir o consumo de energia;10. Minimizar o consumo de energia reativa excedente e/ou demanda reativa excedente, visando reduzir a quantidade de reatores ou adquirindo um banco de capacitores;11. Utilizar, quando possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; e12. Reduzir a quantidade de lâmpadas, estabelecendo um padrão por m² e estudando a viabilidade de se trocar as calhas embutidas por calhas “invertidas”.
III - Água e Esgoto <ol style="list-style-type: none">1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo;2. Monitorar o uso da água;3. Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água;4. Dar preferência a sistema de medição individualizado de consumo de água;5. Dar preferência a sistema de reúso de água e de tratamento dos efluentes gerados;6. Analisar a viabilidade do aproveitamento da água de chuva;7. Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins, de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano;8. Dar preferência ao uso de descargas e torneiras mais eficientes; e9. Dar preferência à lavagem ecológica.
IV - Coleta Seletiva <ol style="list-style-type: none">1. Promover a implantação da coleta seletiva, em atenção à Resolução do Conama nº 275 de 25 de abril de 2001, ou outra legislação que a substituir;

2. Promover a destinação sustentável dos resíduos coletados; e
3. Implantar a coleta seletiva solidária nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, ou outra legislação que a substituir.

V - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável;
2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados;
3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho;
4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho;
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para o efetivo com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos; e
6. Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.

VI - Compras e Contratações

1. Dar preferência, quando possível, à aquisição de bens biodegradáveis, reciclados ou recicláveis;
2. Dar preferência à utilização de impressoras que imprimam em frente e verso;
3. Incluir no contrato de reprografia a opção de impressão dos documentos em frente e verso;
4. Dar preferência, quando possível, à aquisição de papéis reciclados, isentos de cloro elementar ou branqueados a base de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio;
5. Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos biodegradáveis, reciclados e reutilizados;
6. Exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços;
7. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
8. Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado;
9. Revisar normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando a racionalização em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos;
10. Revisar o contrato de telefonia fixa e móvel visando à adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão ou entidade; e
11. Fomentar compras compartilhadas.

Anexo D – Modelo de Indicadores (ano)

COMANDO DA AERONÁUTICA

.....(ODS).....

.....(OM).....

• Tabela 1

TOTAL DO EFETIVO DA(S) (OM) QUE COMPÕE(M) O PLS: XXXX						
		Indicador	Descrição	1º Semestre	2º Semestre	Anual
I – Materiais de Consumo	Papel	ConsPB - Consumo de papel branco	Folhas de papéis brancos utilizados (un)			
		ConsPerCapPB - Consumo <i>per capita</i> de papel branco	ConsPB / total do efetivo (un/pessoa)			
		GastoPB - Gasto com aquisição de papel branco	Valor Total (R\$) gasto com a compra de papel branco			
	Copos descartáveis	ConsC200 - Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Copos descartáveis de 200 ml utilizados (un)			
		ConsC50 - Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Copos descartáveis de 50 ml utilizados (un)			
		ConsPerCapC200 - Consumo <i>per capita</i> de copos de 200 ml descartáveis	ConsC200 / total do efetivo (un/pessoa)			
		ConsPerCapC50 - Consumo <i>per capita</i> de copos de 50 ml descartáveis	ConsC50 / total do efetivo (un/pessoa)			
		GastoC - Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor Total (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200 ml + 50 ml)			
	Cartuchos e <i>toners</i> para	ConsCfTn - Consumo de cartuchos e <i>toners</i> para impressão	Cartuchos e <i>toners</i> utilizados (un)			
		ConsPerCapCfTn - Consumo <i>per capita</i> de cartuchos e <i>toners</i> para impressão	ConsCfTn / total do efetivo (un/pessoa)			
		GastoCfTn - Gasto com aquisição de cartuchos e <i>toners</i>	Valor Total (R\$) gasto com a compra de cartuchos e <i>toners</i>			
II – Energia Elétrica		ConsEE - Consumo de energia elétrica	Quantidade de kWh consumidos			
		ConsEEPerCap - Consumo de energia elétrica <i>per capita</i>	ConsEE / total do efetivo (kWh/pessoa)			
		GastoEE - Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R\$)			
		GastoEEPerCap - Gasto com energia per capita	GastoEE / total do efetivo (R\$/pessoa)			

	AdContFPt - Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)	ConsFPt – (Consumo registrado fora de ponta / ContFPt - Demanda contratada fora de ponta) x 100 (%)	Tabela 2	Tabela 2	Tabela 2
	AdContPt - Adequação do contrato de demanda (ponta)	ConsP – (Consumo registrado ponta / ContPt - Demanda contratada ponta) x 100 (%)	Tabela 2	Tabela 2	Tabela 2
III – Água e esgoto	VolA - Volume de água utilizada	Quantidade (m ³)			
	VolAPerCap - Volume de água <i>per capita</i>	VolA / total do efetivo (m3/pessoa)			
	GastoA - Gasto com água	Valor da fatura (R\$)			
	GastoAPerCap - Gasto com água <i>per capita</i>	GastoA / total do efetivo (R\$/pessoa)			
IV – Coleta Seletiva	RecP - Destinação de papel para reciclagem	Papel destinado à reciclagem (kg)			
	RecPpl - Destinação de papelão para reciclagem	Papelão destinado à reciclagem (kg)			
	RecTn - Destinação de <i>toner</i> para reciclagem	<i>Toner</i> destinado à reciclagem (un)			
	RecPl - Destinação de plástico para reciclagem	Plástico destinado à reciclagem (kg)			
	TRec - Total de material reciclável destinado às cooperativas	RecP + RecPpl + RecPl (kg)			
V – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	PartEf - Participação do efetivo nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade do efetivo que participou de programas ou ações de qualidade de vida / total do efetivo da OM) x 100 (%)	Não se aplica	Não se aplica	
VI – Telefonia Fixa	Soma do nº de Ramais e Linhas de telefonia fixa da OM				
	GastoTelFix - Gasto por ramal/linha	Valor total (R\$) / (nº ramais ou nº linhas)			
VII – Telefonia Móvel	Soma do nº de Linhas de telefonia móvel da OM				
	GastoTelMov - Gasto por linha	Valor total (R\$) / nº linhas			
VIII – Limpeza	GastoLimpA - Gasto de limpeza pela área	Valor total (R\$) / área prevista em contrato (R\$/m ²)	Não se aplica	Não se aplica	
	GrRepac - Grau de repactuação	(Valor total anual de repactuação / Valor total anual do contrato) x 100 (%)	Não se aplica	Não se aplica	

IX – Compras e Contratações Sustentáveis	EmpSust – Aquisições de itens sustentáveis	Quantidade de aquisições de itens sustentáveis (un)	Não se aplica	Não se aplica	
	GastoSust – Gasto com itens sustentáveis	Valor (R\$) gasto com aquisição de itens sustentáveis	Não se aplica	Não se aplica	
	EmpTotal – Total de aquisições da OM				
	ISust – Coeficiente de aquisições sustentáveis x aquisições totais	(EmpSust / EmpTotal – Quantidade de aquisições no ano) x 100 (%)	Não se aplica	Não se aplica	

• **Tabela 2**

II – Energia Elétrica	Indicador	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
	AdContFPt - Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)	(ConsFPt - Consumo registrado fora de ponta / ContFPt - Demanda contratada fora de ponta) x 100 (%)						
			Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Indicador	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
	AdContPt - Adequação do contrato de demanda (ponta)	(ConsP - Consumo registrado ponta / ContPt - Demanda contratada ponta) x 100 (%)						
			Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Anexo E – Modelo de Relatório Anual de Acompanhamento do PLS da(o) (OM) / (ano)**COMANDO DA AERONÁUTICA**

.....(ODS).....

.....(OM).....

RELATÓRIO Nº XXX/OM/ANO**DATA:**

ASSUNTO: Relatório de acompanhamento do PLS (nº da publicação), contendo as ações e propostas relacionadas ao Meio Ambiente – (ano-base) / (ano das propostas).

I - FINALIDADE

O presente Relatório tem por finalidade fornecer informações sobre as atividades relacionadas ao Meio Ambiente desenvolvidas por esta OM no ano de (ano-base), levantar dados e elaborar propostas para o ano subsequente, conforme disposto no PLS desta organização, publicado em (BCA/Bol. Int.).

II - DADOS COLETADOS

Anexo A – Lista de Materiais de Consumo (Anexo B da ICA 83-1/2019); e

Anexo B – Indicadores (Anexo D da ICA 83-1/2019).

III - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO BÁSICA**1. Legislação**

1.1 Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

1.2 Instrução Normativa nº 10, de 12 NOV 2012, do MPOG;

1.3 Regulamento da Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1/2019;

1.4 Regimento Interno da DIRINFRA - RICA 21-257/2017; e

1.5 Decisão Normativa nº 161, de 01 NOV 2017, do Tribunal de Contas da União.

2. Referências

2.1 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P;

2.2 Plano de Gestão de Logística da (OM) – (nº da publicação);

2.3 (Documentos de consulta).

IV - DESCRIÇÃO**1. Atividades desenvolvidas em (ano-base), previstas no PLS:****EIXO TEMÁTICO: MATERIAIS DE CONSUMO (exemplo)****1.1 ATIVIDADE**

1.1.1 Produto gerado: Relatório nº XX (Anexar, quando for o caso).

1.1.2 Cumpriu o prazo previsto. (ou “Não cumpriu o prazo previsto).

1.1.2.1 Dificuldades encontradas: xxxxxxxxxxxx.

1.2 ATIVIDADE

1.2.1 Produto gerado: Relatório nº XX (Anexar, quando for o caso).

1.2.2 Cumpriu o prazo previsto. (ou “Não cumpriu o prazo previsto).

1.2.2.1 Dificuldades encontradas: xxxxxxxxxxxxxxxx.

EIXO TEMÁTICO: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO (exemplo)**1.3 ATIVIDADE**

1.3.1 Produto gerado: Planta / Relatório / Documento (Anexar, quando for o caso).

1.3.2 Cumpriu o prazo previsto. (ou “Não cumpriu o prazo previsto).

1.3.2.1 Dificuldades encontradas: xxxxxxxxxxxxxxxx.

2. Atividades desenvolvidas em (ano-base), não previstas no PLS:**EIXO TEMÁTICO: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS (exemplo)****2.1 ATIVIDADE**

2.1.1 Finalidade: xxxxxxxxxxxxxxxx.

2.1.2 Produto gerado: Relatório nº XX (Anexar, quando for o caso).

EIXO TEMÁTICO: ÁGUA E ESGOTO (exemplo)**2.2 ATIVIDADE**

2.2.1 Finalidade: xxxxxxxxxxxxxxxx.

2.2.2 Produto gerado: Relatório nº XX (Anexar, quando for o caso).

3. Atividades previstas no PLS para (ano subsequente):**EIXO TEMÁTICO: LIMPEZA (exemplo)****3.1 ATIVIDADE****EIXO TEMÁTICO: TELEFONIA MÓVEL (exemplo)****3.2 ATIVIDADE****3.3 ATIVIDADE****4. Atividades propostas para (ano subsequente), não previstas no PLS:****EIXO TEMÁTICO: MATERIAIS DE CONSUMO (exemplo)****4.1 ATIVIDADE**

4.1.1 Finalidade: xxxxxxxxxxxxxxxx.

4.1.2 Prazo previsto: de XX a XX.

V - AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**1. Situação:**

1.1 Descrever a situação: se está participando, como anda o processo, se estiver em andamento, etc.

VI - CRONOGRAMA

ATIVIDADES (ano subsequente)	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O T	N O V	D I Z
1. (EIXO TEMÁTICO ¹): Atividade	X	X	X	X	X							
2. MATERIAIS DE CONSUMO (exemplo): Atividade			X	X	X	X	X					
3. ÁGUA E ESGOTO (exemplo): Atividade					X	X	X	X				
4. CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS (exemplo): Atividade			X	X	X	X	X	X	X	X		
.							X	X	X	X	X	
.											X	X
.	X	X	X	X	X	X	X	X	X			

¹ São no mínimo 11 eixos temáticos previstos no PLS: Materiais de Consumo, Energia Elétrica, Uso da Água, Coleta Seletiva, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, Limpeza, Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação e Plano de Sensibilização.

Cidade, de de 20xx.

ELABORADO POR:

Nome completo / nome de **guerra** em negrito – Posto /
Quadro / Especialidade
Membro da CGPLS (OM)

REVISADO POR:

Nome completo / nome de **guerra** em negrito – Posto /
Quadro / Especialidade
Membro da CGPLS (OM)

APROVADO POR:

Nome completo / nome de **guerra** em negrito – Posto /
Quadro / Especialidade
Presidente da CGPLS (OM)

Anexo F – Modelo de Relatório Anual de Consolidação dos Dados de Acompanhamento dos PLS jurisdicionados ao DTINFRA-UF / (ano)

**COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA
DTINFRA-UF**

RELATÓRIO N° xxx/DTINFRA-UF/ano

DATA:

ASSUNTO: Relatório de consolidação dos dados de acompanhamento dos PLS das OM na área de jurisdição deste Destacamento, contendo as ações e propostas relacionadas ao Meio Ambiente - (ano-base) / (ano subsequente).

I - FINALIDADE

O presente Relatório tem por finalidade fornecer informações sobre as atividades relacionadas ao Meio Ambiente desenvolvidas por todas as OM na área de jurisdição do DTINFRA-UF no ano de (ano-base), compilar os dados e as propostas para o ano subsequente, conforme disposto nos seus respectivos PLS.

II - DADOS COLETADOS

Quadro 1¹: PLANILHA DE SITUAÇÃO DAS OM²

OM²	PLS	Data do PLS	A3P (sim; não; andamento)
COMGAP	Nº da Publicação³	XX/XX/XX	Sim
DIRINFRA			Não
DTI			Sim
PAMA-SP	Nº da Publicação³	XX/XX/XX	Andamento
GAP-SP			Não
EEAR	Não tem	-	Não
AFA	Informação não enviada	-	-
.	.	.	.
.	.	.	.

¹ Dados fictícios - exemplo.

² Devem ser inseridas todas as OM que estão na área de jurisdição do DTINFRA que elaborou o Relatório.

³ Casos previstos no item 2.1.3.1.

Quadro 2: INDICADORES DA ÁREA DO DTINFRA-UF¹

QUANTIDADE DE OM QUE ENVIARAM RELATÓRIO: XX/(total de OM) TOTAL DO EFETIVO DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO DTINFRA-UF: XXXX						
		Indicador	Descrição	1º Semestre	2º Semestre	Anual
I – Materiais de Consumo	Papel	ConsPB - Consumo de papel branco	Folhas de papéis brancos utilizados (un)			
		ConsPerCapPB - Consumo <i>per capita</i> de papel branco	ConsPB / total do efetivo¹ (un/pessoa)			
		GastoPB - Gasto com aquisição de papel branco	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco			
	Copos descartáveis	ConsC200 - Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Copos descartáveis de 200 ml utilizados (un)			
		ConsC50 - Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Copos descartáveis de 50 ml utilizados (un)			
		ConsPerCapC200 - Consumo <i>per capita</i> de copos de 200 ml descartáveis	ConsC200 / total do efetivo¹ (un/pessoa)			
		ConsPerCapC50 - Consumo <i>per capita</i> de copos de 50 ml descartáveis	ConsC50 / total do efetivo¹ (un/pessoa)			
		GastoC - Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200 ml + 50 ml)			
	Cartuchos e toners	ConsCtTn - Consumo de cartuchos e toners para impressão	Cartuchos e toners utilizados (un)			
		ConsPerCapCtTn - Consumo <i>per capita</i> de cartuchos e toners para impressão	ConsCtTn / total do efetivo¹ (un/pessoa)			
		GastoCtTn - Gasto com aquisição de cartuchos e toners	Valor (R\$) gasto com a compra de cartuchos e toners			
II – Energia Elétrica		ConsEE - Consumo de energia elétrica	Quantidade de kWh consumidos			
		ConsEEPerCap - Consumo de energia elétrica <i>per capita</i>	ConsEE / total do efetivo¹ (kWh/pessoa)			
		GastoEE - Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R\$)			
		GastoEEPerCap - Gasto com energia per capita	GastoEE / total do efetivo¹ (R\$/pessoa)			
III – Água e esgoto		VolA - Volume de água utilizada	Quantidade (m³)			
		VolAPerCap - Volume de água <i>per capita</i>	VolA / total do efetivo¹ (m³/pessoa)			
		GastoA - Gasto com água	Valor da fatura (R\$)			
		GastoAPerCap - Gasto com água <i>per capita</i>	GastoA / total do efetivo¹ (R\$/pessoa)			
IV – Coleta Seletiva		RecP - Destinação de papel para reciclagem	Papel destinado à reciclagem (kg)			
		RecPpl - Destinação de papelão para reciclagem	Papelão destinado à reciclagem (kg)			

	RecTn - Destinação de tóner para reciclagem	Toner destinado à reciclagem (un)			
	RecPl - Destinação de plástico para reciclagem	Plástico destinado à reciclagem (kg)			
	TRec - Total de material reciclável destinado às cooperativas	RecP + RecPpl + RecPl (kg)			
	ReutP - Reutilização de Papel	Papel reutilizado (kg)			
V – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	PartEf - Participação do efetivo nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade do efetivo que participaram de programas ou ações de qualidade de vida / total do efetivo ¹) x 100	Não se aplica	Não se aplica	
VI – Telefonia Fixa	Soma do nº de Ramais e Linhas de telefonia fixa da área do DTINFRA-UF²				
	GastoTelFix - Gasto por ramal/linha	Valor total (R\$) / (nº ramais + nº linhas) ²			
VII – Telefonia Móvel	Soma do nº de Linhas de telefonia móvel da área do DTINFRA-UF²				
	GastoTelMov - Gasto por linha	Valor total (R\$) / nº linhas ²			
IX – Compras e Contratações Sustentáveis	EmpSust – Empenho com itens sustentáveis	Quantidade de empenhos de itens sustentáveis	Não se aplica	Não se aplica	
	GastoSust – Gasto com itens sustentáveis	Valor (R\$) gasto com empenhos de itens sustentáveis	Não se aplica	Não se aplica	
	EmpTotal – Soma do total de empenhos de todas as OM da área do DTINFRA-UF				
	ISust – Coeficiente de empenhos sustentáveis x empenhos totais	(EmpSust / EmpTotal – Quantidade de empenhos no ano) x 100 (%)	Não se aplica	Não se aplica	

¹ Total de Efetivo para efeito de cálculo deste Quadro, deve ser utilizado a soma dos efetivos das OM dessa área de jurisdição, localizada no cabeçalho deste Quadro.

² Deve-se somar o total de ramais e linhas de todas as OM que estão na área de jurisdição do DTINFRA-UF.

Quadro 3: LISTA DE MATERIAIS DE CONSUMO DA ÁREA DO DTINFRA-UF¹

Código ²	Descrição do Item	Qtde.	Unidade de medida ³	Valor total (R\$) ³	Item Sustentável (Sim / Não)

¹ Somar os valores de todas as OM na área do DTINFRA-UF.

² Refere-se ao código do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT).

³ Quando se aplicar.

III - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

1. Legislação

- 1.1 Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
- 1.2 Instrução Normativa nº 10, de 12 NOV 2012, do MPOG;
- 1.3 Regulamento da Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1/2019;
- 1.4 Regimento Interno da DIRINFRA - RICA 21-257/2017; e
- 1.5 Decisão Normativa nº 161, de 01 NOV 2017, do Tribunal de Contas da União.

2. Referências

- 2.1 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P;
- 2.2 Plano de Gestão de Logística da (OM) – (nº da publicação) (listar todos os PLS);
- 2.3 (Documentos de consulta).

IV - CONTEÚDO

1. Atividades desenvolvidas em (ano-base):

Eixos Temáticos ¹	OM	Atividade	Prevista em PLS? (sim ou não)	Cumpriu ou está no Prazo? (sim ou não)
Materiais de Consumo	COMGAP	Compra de canecas para reduzir o consumo de copos plásticos (exemplo)	SIM	SIM
	AFA		NÃO	SIM
	ALA 8		SIM	SIM
	COMGAP	Utilização de papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente (exemplo)	SIM	NÃO
Energia Elétrica	COMGAP	Atividade	SIM	NÃO
	ALA8	Atividade	NÃO	SIM
	AFA		SIM	SIM

¹ São no mínimo 11 eixos temáticos previstos no PLS: Materiais de Consumo, Energia Elétrica, Uso da Água, Coleta Seletiva, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, Limpeza, Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação e Plano de Sensibilização.

2. Atividades propostas para (ano subsequente):

Eixos Temáticos¹	OM²	Atividade	Prevista em PLS? (sim ou não)
Materiais de Consumo	COMGAP	Atividade 1: Compra de canecas para reduzir o consumo de copos plásticos (exemplo)	SIM
	AFA		NÃO
	ALA 8		SIM
	COMGAP	Atividade 2: Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente (exemplo)	SIM
Energia Elétrica	COMGAP	Atividade 1	SIM
	ALA8	Atividade 2	NÃO

¹ São no mínimo 11 eixos temáticos previstos no PLS: Materiais de Consumo, Energia Elétrica, Uso da Água, Coleta Seletiva, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, Limpeza, Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação e Plano de Sensibilização.

Cidade, de de 20xx.

ELABORADO POR:

Nome completo / nome de **guerra** em negrito – Posto /
Quadro / Especialidade
Membro da CGPLS (OM)

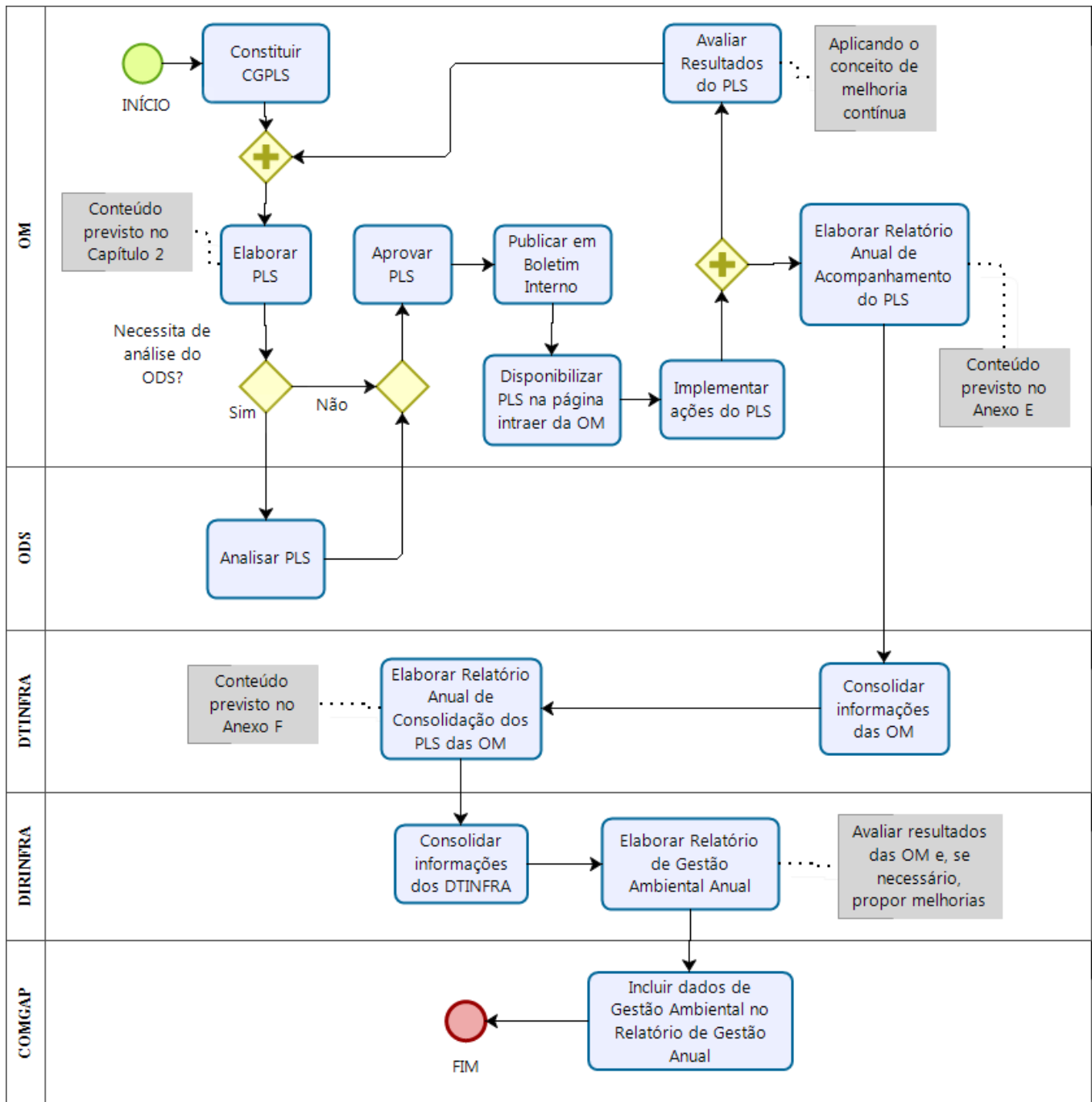
REVISADO POR:

Nome completo / nome de **guerra** em negrito – Posto /
Quadro / Especialidade
Membro da CGPLS (OM)

APROVADO POR:

Nome completo / nome de **guerra** em negrito – Posto /
Quadro / Especialidade
Presidente da CGPLS (OM)

Anexo G – Fluxograma Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)



Anexo H – Agenda Ambiental na Administração Pública

1. FINALIDADE

1.1 A A3P busca incorporar princípios de responsabilidades econômicas, sociais e ambientais nas atividades da Administração Pública, por meio de determinadas ações que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão de recursos naturais, de materiais de consumo e dos resíduos gerados, até a promoção da melhoria de vida no ambiente de trabalho.

1.2 É importante salientar que é uma agenda voluntária e que o Programa A3P se destina aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário.

2. ADESÃO

2.1 Para aderir à A3P, é necessário firmar o Termo de Adesão entre a OM interessada e o MMA. A OM interessada em formalizar o termo deve, através de ofício, enviar, para o e-mail a3p@mma.gov.br, a seguinte documentação:

- a) Cópia do ofício para encaminhamento dos documentos;
- b) Cópia do comprovante de endereço;
- c) Plano de Trabalho editável, sem assinatura e data;
- d) Minuta do Termo de Adesão editável, sem assinatura e data;
- e) Cópias autenticadas do RG e do CPF do Comandante, Chefe ou Diretor da OM;
- f) Cópia do ato de nomeação do Comandante, Chefe ou Diretor da OM; e
- g) Cópia do Regulamento que delega a competência ao Comandante, Chefe ou Diretor da OM para assinatura de planos, citando o seu artigo (RADA, RICA ou ROCA).

2.1.1 Nos casos citados no item 2.1.3.1, do Capítulo 2, poderá ser realizada adesão em conjunto das OM que compartilham a mesma área ou edifício.

2.2 O PLS da OM não substitui o Plano de Trabalho, porém pode ser utilizado como base para elaboração do mesmo, sendo o PLS norteador de todas as iniciativas.

2.2.1 Ações do PLS já concluídas devem ser indicadas no Plano de Trabalho.

2.3 O Termo de Adesão e o Plano de Trabalho terão validade de 5 anos.

2.4 A Comissão de Gestão do PLS (CGPLS), constante no item 2.1.4, poderá ser também a Comissão Gestora da A3P.

2.5 No endereço eletrônico do MMA (www.mma.gov.br) existe uma página exclusiva da A3P onde estão disponíveis todas as informações e modelos de documentos necessários à Adesão.

Anexo I – Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais

CATEGORIA	CÓD	DESCRIÇÃO	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
Extração e Tratamento de Minerais	1 – 1	Pesquisa mineral com guia de utilização	Sim	Sim
	1 – 2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento	Sim	Sim
	1 – 3	Lavra subterrânea com ou sem beneficiamento	Sim	Não
	1 – 4	Lavra garimpeira	Sim	Sim
	1 – 7	Lavra garimpeira – Decreto nº 97.507/1989	Sim	Sim
	1 – 5	Perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural	Sim	Não
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	2 – 1	Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração	Sim	Não
	2 – 2	Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e Similares	Sim	Não
Indústria Metalúrgica	3 – 1	Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos	Sim	Não
	3 – 2	Produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia	Sim	Não
	3 – 3	Metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro	Sim	Não
	3 – 4	Produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia	Sim	Não
	3 – 5	Relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas	Sim	Não
	3 – 6	Produção de soldas e ânodos	Sim	Não
	3 – 7	Metalurgia de metais preciosos	Sim	Não
	3 – 12	Metalurgia de metais preciosos – Decreto nº 97.634/1989	Sim	Não
	3 – 8	Metalurgia do pó, inclusive peças moldadas	Sim	Não
	3 – 9	Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia	Sim	Não
	3 – 10	Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia	Sim	Não
	3 – 11	Têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície	Sim	Não
Indústria Mecânica	4 – 1	Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície	Sim	Não
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	5 – 1	Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores	Sim	Não
	5 – 2	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática	Sim	Não
	5 – 4	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática – Lei nº 12.305/2010: art.33, V	Sim	Não
	5 – 3	Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos	Sim	Não
Indústria de Material de Transporte	6 – 1	Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios	Sim	Não
	6 – 2	Fabricação e montagem de aeronaves	Sim	Não
	6 – 3	Fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes	Sim	Não
Indústria de Madeira	7 – 1	Serraria e desdobramento de madeira	Sim	Não
	7 – 2	Preservação de madeira	Sim	Não
	7 – 3	Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada	Sim	Não

	7 – 4	Fabricação de estruturas de madeira e móveis	Sim	Não
Indústria de Papel e Celulose	8 – 1	Fabricação de celulose e pasta mecânica	Sim	Não
	8 – 2	Fabricação de papel e papelão	Sim	Não
	8 – 3	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada	Sim	Não
Indústria de Borracha	9 – 1	Beneficiamento de borracha natural	Sim	Não
	9 – 3	Fabricação de laminados e fios de borracha	Sim	Não
	9 – 4	Fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex	Sim	Não
	9 – 5	Fabricação de câmara de ar	Sim	Não
	9 – 6	Fabricação de pneumáticos	Sim	Não
	9 – 7	Recondicionamento de pneumáticos	Sim	Não
Indústria de Couros e Peles	10 – 1	Secagem e salga de couros e peles	Sim	Não
	10 – 2	Curtimento e outras preparações de couros e peles	Sim	Não
	10 – 3	Fabricação de artefatos diversos de couros e peles	Sim	Não
	10 – 4	Fabricação de cola animal	Sim	Não
Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	11 – 1	Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos	Sim	Não
	11 – 2	Fabricação e acabamento de fios e tecidos	Sim	Não
	11 – 3	Tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos	Sim	Não
	11 – 4	Fabricação de calçados e componentes para calçados	Sim	Não
Indústria de Produtos de Matéria Plástica	12 – 1	Fabricação de laminados plásticos	Sim	Não
	12 – 2	Fabricação de artefatos de material plástico	Sim	Não
Indústria do Fumo	13 – 1	Fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo	Sim	Não
Indústrias Diversas	14 – 1	Usinas de produção de concreto	Sim	Não
	14 – 2	Usinas de produção de asfalto	Sim	Não
Indústria Química	15 – 1	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos	Sim	Não
	15 – 17	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos – PI nº 292/1989: art. 1º	Sim	Não
	15 – 20	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos – Lei nº 9.976/2000	Sim	Não
	15 – 21	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos – Resolução CONAMA nº 463/2014 / Resolução CONAMA nº 472/2015	Sim	Não
	15 – 2	Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira	Sim	Não
	15 – 23	Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira – Resolução CONAMA nº 362/2005: art. 2º, XIV	Sim	Não
	15 – 3	Fabricação de combustíveis não derivados de petróleo	Sim	Não
	15 – 4	Produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares da destilação da madeira	Sim	Não
	15 – 5	Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos	Sim	Não
	15 – 6	Fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos	Sim	Não
	15 – 7	Recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais	Sim	Não
	15 – 8	Fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos	Sim	Não

	15 – 9	Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas	Sim	Não
	15 – 10	Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes	Sim	Não
	15 – 11	Fabricação de fertilizantes e agroquímicos	Sim	Não
	15 – 12	Fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários	Sim	Não
	15 – 13	Fabricação de sabões, detergentes e velas	Sim	Não
	15 – 14	Fabricação de perfumarias e cosméticos	Sim	Não
	15 – 15	Produção de álcool etílico, metanol e similares	Sim	Não
Indústria de Produtos Alimentares e Bebida	16 – 1	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	Sim	Não
	16 – 2	Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal	Sim	Não
	16 – 15	Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal – Instrução Normativa nº 7/2015: art. 3º, IX	Sim	Não
	16 – 3	Fabricação de conservas	Sim	Não
	16 – 4	Preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados	Sim	Não
	16 – 5	Beneficiamento e industrialização de leite e derivados	Sim	Não
	16 – 6	Fabricação e refinação de açúcar	Sim	Não
	16 – 7	Refino e preparação de óleo e gorduras vegetais	Sim	Não
	16 – 8	Produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação	Sim	Não
	16 – 9	Fabricação de fermentos e leveduras	Sim	Não
	16 – 10	Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais	Sim	Não
	16 – 11	Fabricação de vinhos e vinagre	Sim	Não
	16 – 12	Fabricação de cervejas, chopes e maltes	Sim	Não
	16 – 13	Fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais	Sim	Não
	16 – 14	Fabricação de bebidas alcoólicas	Sim	Não
Serviços de Utilidade	17 – 1	Produção de energia termoeletrica	Sim	Sim
	17 – 59	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos – Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “f”, “k”	Sim	Não
	17 – 60	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos – Lei nº 12.305/2010: art. 3º, XIV	Sim	Não
	17 – 57	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos – Decreto nº 7.404/2010: art. 36	Sim	Não
	17 – 58	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos – Lei nº 12.305/2010: art. 3º, VIII	Sim	Não
	17 – 4	Destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas	Sim	Não
	17 – 61	Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 33, I	Sim	Não
	17 – 62	Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 33, II	Sim	Não
	17 – 63	Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 33, III	Sim	Não
	17 – 64	Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “g”	Sim	Não
	17 – 65	Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “h”	Sim	Não
	17 – 66	Disposição de resíduos especiais: Protocolo de Montreal	Sim	Não
	17 – 5	Dragagem e derrocamentos em corpos d'água	Sim	Não

	17 – 67	Recuperação de áreas degradadas	Sim	Sim
	17 – 68	Recuperação de áreas contaminadas	Sim	Não
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	18 – 1	Transporte de cargas perigosas	Sim	Sim
	18 – 74	Transporte de cargas perigosas – Lei nº 12.305/2010	Sim	Não
	18 – 14	Transporte de cargas perigosas – Resolução CONAMA nº 362/2005	Sim	Não
	18 – 83	Transporte de cargas perigosas – Lei Complementar nº 140/2011: art. 7º, XIV, “g”	Sim	Sim
	18 – 2	Transporte por dutos	Sim	Não
	18 – 3	Marinas, portos e aeroportos	Sim	Não
	18 – 4	Terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos	Sim	Não
	18 – 5	Depósito de produtos químicos e produtos perigosos	Sim	Não
	18 – 80	Depósito de produtos químicos e produtos perigosos – Lei nº 12.305/2010	Sim	Não
	18 – 7	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos	Sim	Não
	18 – 8	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Decreto nº 97.634/1989	Sim	Não
	18 – 10	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Protocolo de Montreal	Sim	Sim
	18 – 13	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Resolução CONAMA nº 362/2005	Sim	Não
	18 – 17	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Convenção de Estocolmo / PI nº 292/1989	Sim	Não
	18 – 64	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Resolução CONAMA nº 463/2014 / Resolução CONAMA nº 472/2015	Sim	Não
	18 – 66	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Lei nº 7.802/1989	Sim	Não
	18 – 79	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Decreto nº 875/1993	Sim	Não
	18 – 81	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Resolução CONAMA nº 401/2008	Sim	Não
	18 – 6	Comércio de combustíveis e derivados de petróleo	Sim	Não
Turismo	19 – 1	Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos	Sim	Não
Uso de recursos naturais	20 – 60	Silvicultura – Lei nº 12.651/2012: art. 35, §§ 1º, 3º	Sim	Sim
	20 – 61	Silvicultura – Lei nº 12.651/2012: art. 35, § 1º	Sim	Sim
	20 – 2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais	Sim	Sim
	20 – 63	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais – Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014: 7º, II	Sim	Sim
	20 – 23	Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, VII	Sim	Não
	20 – 25	Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, X	Sim	Não
	20 – 5	Utilização do patrimônio genético natural	Sim	Sim
	20 – 6	Exploração de recursos aquáticos vivos	Sim	Sim
	20 – 54	Exploração de recursos aquáticos vivos – Lei nº 11.959/2009: art. 2º, II	Sim	Sim
	20 – 21	Importação ou exportação de fauna nativa brasileira	Sim	Sim
	20 – 22	Importação ou exportação de flora nativa brasileira	Sim	Sim
	20 – 26	Introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura	Sim	Sim

	20 – 35	Introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente	Sim	Sim
	20 – 37	Uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente	Sim	Não
Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981	21 – 51	Formulação de produtos biorremediadores – Resolução CONAMA nº 463/2014	Sim	Não
	21 – 66	Produção de agrotóxicos de agentes biológicos e microbiológicos de controle – Lei nº 7.802/1989	Sim	Não
	21 – 5	Experimentação com agroquímicos – Lei nº 7.802/1989	Sim	Não
	21 – 47	Aplicação de agrotóxicos e afins – Lei nº 7.802/1989	Sim	Sim
	21 – 46	Controle de plantas aquáticas – Resolução CONAMA nº 467/2015	Sim	Sim
	21 – 35	Geração de energia hidrelétrica – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Sim
	21 – 36	Geração de energia eólica e de outras fontes alternativas – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Sim
	21 – 34	Transmissão de energia elétrica – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	21 – 37	Distribuição de energia elétrica – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	21 – 33	Estações de tratamento de água – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	21 – 30	Operação de rodovia – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	21 – 31	Operação de hidrovía – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	21 – 32	Operação de aeródromo – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	21 – 40	Comércio exterior de resíduos controlados – Decreto nº 875/1993	Sim	Não
	21 – 41	Importação de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista – Lei nº 12.305/2010	Sim	Não
	21 – 45	Importação de pneus e similares – Resolução CONAMA nº 416/2009	Sim	Sim
	21 – 43	Importação de veículos automotores para uso próprio – Lei nº 8.723/1993	Sim	Sim
	21 – 44	Importação de veículos automotores para fins de comercialização – Lei nº 8.723/1993	Sim	Não
	21 – 42	Importação de eletrodomésticos – Resolução CONAMA nº 20/1994	Sim	Não
	21 – 3	Utilização técnica de substâncias controladas – Protocolo de Montreal	Sim	Sim
	21 – 49	Transporte de produtos florestais – Lei nº 12.651/2012: art. 36	Sim	Sim
	21 – 50	Armazenamento de produtos florestais – Lei nº 12.651/2012: art. 35, § 2º	Sim	Não
	21 – 67	Comércio atacadista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais – Lei nº 12.651/2012: art. 37	Sim	Não
	21 – 68	Comércio varejista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais – Lei nº 12.651/2012: art. 37	Sim	Não
	21 – 48	Consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal – Lei nº 12.651/2012: art. 34	Sim	Não
	21 – 64	Exportação de carvão vegetal de espécies exóticas – Instrução Normativa IBAMA nº 15/2011: art. 2º, § 1º	Sim	Não
	21 – 69	Comercialização de recursos pesqueiros – Lei nº 11.959/2009: art. 3º, X; art. 31	Sim	Não
	21 – 70	Revenda de organismos aquáticos vivos ornamentais – Lei nº 11.959/2009: art. 3º, X; art. 31	Sim	Não
	21 – 52	Centro de triagem de fauna silvestre – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, I	Sim	Não

	21 – 54	Centro de reabilitação de fauna silvestre nativa – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, II	Sim	Não
	21 – 71	Revenda de animais vivos de fauna silvestre – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, III	Sim	Não
	21 – 72	Comércio de partes, produtos e subprodutos de fauna silvestre – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, IV	Sim	Não
	21 – 56	Criação científica de fauna silvestre para fins de conservação – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, V	Sim	Sim
	21 – 55	Criação científica de fauna silvestre para fins de pesquisa – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, VI	Sim	Não
	21 – 53	Manutenção de fauna silvestre – Instrução Normativa IBAMA nº 7/2015: art. 3º, VIII	Sim	Sim
	21 – 57	Importação ou exportação de fauna silvestre exótica – Portaria IBAMA nº 93/1998: art. 3º	Sim	Sim
	21 – 59	Manejo de fauna sinantrópica – Instrução Normativa IBAMA nº 141/2006: art. 4, § 2º	Sim	Sim
	21 – 58	Manejo de fauna exótica invasora – Instrução Normativa IBAMA nº 141/2006: art. 4, § 2º	Sim	Sim
	21 – 60	Criação de passeriformes silvestres nativos – Instrução Normativa IBAMA nº 10/2011	Não	Sim
	21 – 62	Manutenção de área passível de Ato Declaratório Ambiental – Lei nº 6.938/1981: art. 17-O	Sim	Sim
	21 – 27	Porte e uso de motosserra – Lei nº 12.651/2012: art. 69, § 1º (Incluído pela Instrução Normativa nº 17, de 2018)	Sim	Sim
	21 – 28	Conversão de sistema de Gás Natural – Resolução CONAMA nº 291/2001 (Incluído pela Instrução Normativa nº 17, de 2018)	Sim	Não
	21 – 73	Comercialização de motosserra – Lei nº 12.651/2012: art. 69 (Incluído pela Instrução Normativa nº 17, de 2018)	Sim	Não
Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis	22 – 1	Rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 2	Construção de barragens e diques – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 3	Construção de canais para drenagem – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 4	Retificação do curso de água – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 5	Abertura de barras, embocaduras canais – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 6	Transposição de bacias hidrográficas – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 7	Construção de obras de arte – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não
	22 – 8	Outras obras de infraestrutura – Lei nº 6.938/1981: art. 10	Sim	Não

Anexo J – Relatório de Caracterização de Empreendimentos e Atividades Destinadas ao Preparo e Emprego das Forças Armadas

1. OBJETIVO

O presente Relatório tem por objetivo subsidiar o Comandante da Aeronáutica na concessão da declaração de caráter militar dos empreendimentos e atividades destinados ao preparo e emprego das Forças Armadas realizados pela [OM], em [localidade].

2. LEGISLAÇÃO

[1] Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

[2] Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de crimes ambientais;

[3] Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

[4] Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental;

[5] Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental; e

[6] Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 fevereiro de 2016 - Diretrizes para Declaração do Caráter Militar de atividades e empreendimentos da União, destinados ao preparo e emprego das Forças Armadas.

[] Outras leis necessárias ao embasamento.

3. INTRODUÇÃO

Descrever sucintamente a missão da OM e como seus empreendimentos e atividades se enquadram no preparo e emprego das Forças Armadas.

4. SITUAÇÃO ATUAL

Descrever a localização do empreendimento, atividade, área, vias de acesso, a situação atual das obras realizadas ou a serem realizadas. Incluir imagens sempre que possível.

5. ATIVIDADES SUBSIDIÁRIAS

Informar se existem atividades subsidiárias ao empreendimento, dentro ou fora da área militar. Exemplo: jazidas, etc.

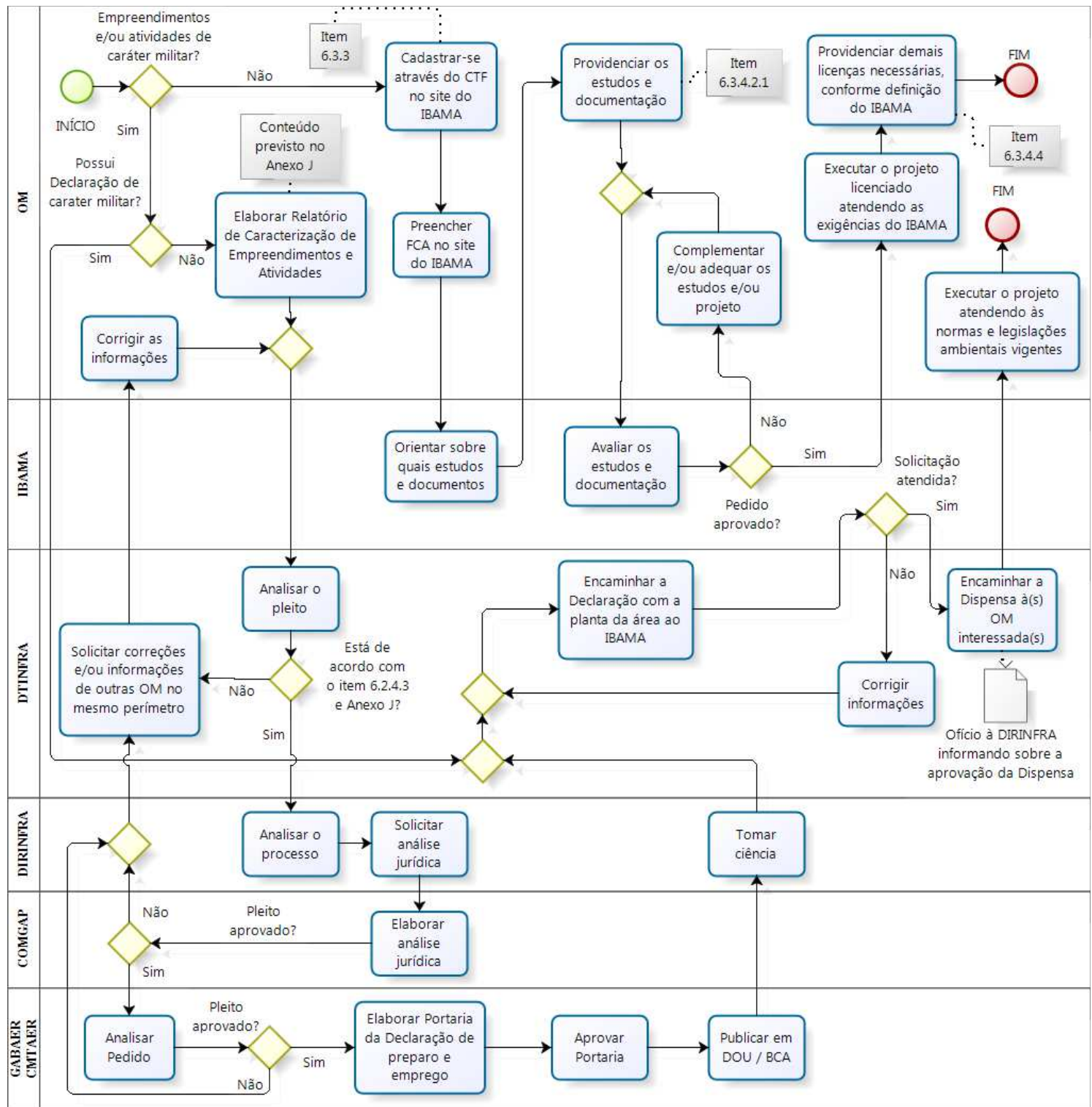
6. LICENÇA AMBIENTAL

Se houver algum processo de licenciamento já iniciado, citar nesse item. Caso não haja, o item poderá ser suprimido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso haja outras considerações que não couberam nos itens anteriores, citar nesse item. Caso contrário, o item poderá ser suprimido.

Anexo K – Fluxograma Licenciamento Ambiental



Anexo L – Relatório Técnico para desativação e remoção de Tanques de Combustíveis**1. OBJETIVO**

O presente Relatório Técnico tem por objetivo planejar a desativação e remoção do tanque de combustível da [nome da OM].

2. LEGISLAÇÃO

[1] Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

[2] Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de crimes ambientais;

[3] Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental;

[4] Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;

[5] Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000 - Procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição; e

[6] Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 fevereiro de 2016 - Diretrizes para Declaração do Caráter Militar de atividades e empreendimentos da União, destinados ao preparo e emprego das Forças Armadas.

[] Outras leis necessárias ao embasamento.

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Descrição do sistema de armazenamento de combustíveis:

- a) Subterrâneo / Aéreo;
- b) Tipo de tubulação (metálica ou de material plástico – PEAD);
- c) Tanques plenos, bipartidos ou tripartidos;
- d) Capacidade volumétrica dos tanques; e
- e) Tipo de combustível armazenado nos tanques.

4. REMOÇÃO, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL

- a) Descrição sucinta dos procedimentos para desgaseificação e inertização dos tanques antes da remoção. Deverá ser informado como será a coleta dos efluentes gerados no processo;
- b) Descrição sucinta dos procedimentos para remoção dos tanques;
- c) Descrição sucinta da remoção do sistema de drenagem oleosa;
- d) Indicação das empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes que receberão os tanques removidos e os efluentes perigosos gerados no processo, sendo fundamental o certificado de destinação adequada emitido pela empresa; e
- e) Se na retirada dos equipamentos for constatada a presença de produtos no solo ou sobrenadantes na água, eventualmente presente no interior da cava, tal situação deve ser registrada e indicada em relatório. Tal fato é suficiente para que a área seja declarada potencialmente contaminada e deve ser alvo de uma investigação detalhada. O eventual solo contaminado, assim como os tanques e

equipamentos devem ser destinados como resíduos perigosos.

5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O Plano de Desativação e Remoção de Tanques deverá ser elaborado por profissionais habilitados, responsáveis tecnicamente pelas informações apresentadas. Na impossibilidade da remoção de algum tanque, deverá ser apresentado um laudo técnico, assinado por um profissional qualificado, descrevendo os motivos desta impossibilidade, de forma a atender a ABNT NBR 14.973.

6. LICENÇA AMBIENTAL

Se houver algum processo de licenciamento já iniciado, citar nesse item. Caso não haja, o item poderá ser suprimido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso haja outras considerações que não couberam nos itens anteriores, citar nesse item. Caso contrário, o item poderá ser suprimido.

Anexo M - Critérios de Sustentabilidade Ambiental para Aquisição de Bens e Serviços Específicos

1. Os itens abaixo relacionados são critérios de sustentabilidade ambiental mínimos que devem ser inseridos nos Termos de Referência e/ou Editais para aquisição de materiais e/ou contratação de serviços.

AGROTÓXICOS		
	Termo de Referência	Edital
Na aquisição de agrotóxicos e afins	Item: Obrigações da contratada	Item: Habilitação jurídica da empresa
	A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.	Para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.
	Item: Descrição ou especificação técnica do produto	Item: Julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto
	Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.	O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o documento comprobatório do registro do agrotóxico, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

		Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
Na contratação de serviços que envolvam a aplicação de agrotóxicos e afins	Item: Obrigações da contratada	Item: Habilitação jurídica da empresa
	A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.	Para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.
	Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.	Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL		
Máquinas e aparelhos cujo funcionamento consuma energia elétrica, como por exemplo os refrigeradores, televisores, condicionadores de ar, lâmpadas e etc		
	Termo de Referência	Edital
Na aquisição ou locação	Item: Descrição ou especificação técnica do produto	Item: Julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto
	Só será admitida a oferta do produto XXXX que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº XXXX, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) do produto e trata da etiquetagem compulsória.	O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do produto ofertado, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência.
Na contratação	Item: Obrigações da contratada	

ontratação de serviços que envolvam a utilização	O produto XXXX a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº XXXX, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.	
--	---	--

APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS (liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó)		
	Termo de Referência	Edital
Na aquisição ou locação	Item: Descrição ou especificação técnica do produto	Item: Julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto
	Só será admitida a oferta de (liquidificador ou secador de cabelo ou aspirador de pó) que possua Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata.	O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, cópia do Selo Ruído do produto ofertado, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata.
Na contratação de serviços que envolvam a utilização	Item: Obrigações da contratada	
	Os (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata.	

DETERGENTE EM PÓ		
	Termo de Referência	
Na aquisição ou locação	Item: Descrição ou especificação técnica do produto	
	Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.	
Na contratação de serviços que envolvam a utilização	Item: Obrigações da contratada	
	O detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.	

ÓLEO LUBRIFICANTE	
	Termo de Referência
Na aquisição ou serviços que envolvam a utilização de óleo lubrificante	Item: Obrigações da contratada
	<p>Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.- providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.- exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

PILHAS OU BATERIAS (pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais ou pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, relacionadas nos capítulos 85.06 e 85.07 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM)		
	Termo de Referência	Edital
Na aquisição	Item: Obrigações da contratada	Item: Julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto
	<p>Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação. 	<p>O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório de que a composição das pilhas e baterias ofertadas respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida Resolução, para cada tipo de produto.</p>
	<p>A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.</p>	
	Item: Descrição ou especificação técnica do produto	

	<p>Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.</p>	
<p>Na contratação de serviços que envolvam a utilização</p>	<p>Item: Obrigações da contratada</p>	
	<p>Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação. 	
	<p>A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.</p>	
	<p>As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.</p>	

PNEUS	
	Termo de Referência
Na aquisição ou contratação de serviços que envolvam a utilização	Item: Obrigações da contratada
	A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS	
	Termo de Referência
Na contratação de serviços que envolvam a utilização	Item: Obrigações da contratada
	<p>A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do SISNAMA; - supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do SISNAMA; - florestas plantadas; e - outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente. <p>A contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais; - Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata; ou - Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, legislação correlata e superveniente, válido por todo o tempo e percurso do transporte e armazenamento, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

PRODUTOS PRESERVATIVOS DE MADEIRA		
	Termo de Referência	Edital
Na aquisição	Item: Obrigações da contratada	Item: Descrição ou especificação técnica do produto

ão	As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.	Só será admitida a oferta de produto preservativo de madeira que esteja previamente registrado no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
	É vedada à contratada a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.	<p>Item: Habilitação jurídica da empresa</p> <p>Para o exercício de atividade que envolva produção industrial, importação, comercialização ou utilização de produtos preservativos de madeira: ato de registro ou cadastramento expedido pelo IBAMA, nos termos dos artigos 1º e 14 da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.</p>
		Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
		Item: Julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto
		O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o documento comprobatório do registro do produto preservativo de madeira no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
a contratação de serviços que envolvam a utilização		Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
	Item: Obrigações da contratada	Item: Habilitação jurídica da empresa
	As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.	Para o exercício de atividade que envolva produção industrial, importação, comercialização ou utilização de produtos preservativos de madeira: ato de registro ou cadastramento expedido pelo IBAMA, nos termos dos artigos 1º e 14 da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

	<p>É vedada à contratada a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.</p> <p>Os produtos preservativos de madeira a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.</p>	<p>Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.</p>
--	--	---

RESÍDUOS DE SAÚDE	
	Termo de Referência
Na contratação de empresas para o gerenciamento dos resíduos	Item: Obrigações da contratada
	Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 306, de 07/12/2004 – ANVISA.
	Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 7.500 ABNT.
	Os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – NBR12235.
	A coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT – NBR12.810 e NBR14652.
	As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.
	A destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar a lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes.

Os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.

a) os resíduos pertencentes ao Grupo A1 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

b) os resíduos pertencentes ao Grupo A2 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento, de acordo com o porte do animal, que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde, ou para sepultamento em cemitério de animais.

b.1) quando houver necessidade de fracionamento, este deve ser autorizado previamente pelo órgão de saúde competente.

c) os resíduos pertencentes ao Grupo A3 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, quando não houver requisição pelo paciente ou familiares e/ou não tenham mais valor científico ou legal, devem ser encaminhados para sepultamento em cemitério, desde que haja autorização do órgão competente do Município, do Estado ou do Distrito Federal, ou para tratamento térmico por incineração ou cremação, em equipamento devidamente licenciado para esse fim.

c.1) na impossibilidade de atendimento de tais destinações, o órgão ambiental competente nos Estados, Municípios e Distrito Federal pode aprovar outros processos alternativos de destinação.

d) os resíduos pertencentes ao Grupo A4 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, podem ser encaminhados sem tratamento prévio para local devidamente licenciado para a disposição final de resíduos dos serviços de saúde, a não ser que haja exigência de tratamento prévio por parte dos órgãos ambientais estaduais e municipais.

e) os resíduos pertencentes ao Grupo A5 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a tratamento específico orientado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específicos.

a) os resíduos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.

b) os resíduos no estado líquido não devem ser encaminhados para disposição final em aterros.

c) os resíduos sem características de periculosidade não necessitam de tratamento prévio e podem ter disposição final em aterro licenciado, quando no estado sólido, ou ser lançados em corpo receptor ou na rede pública de esgoto, quando no estado líquido, desde que atendam as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

Os rejeitos radioativos devem obedecer às exigências definidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

a) os rejeitos radioativos não podem ser considerados resíduos até que seja decorrido o tempo de decaimento necessário ao atingimento do limite de eliminação.

b) os rejeitos radioativos, quando atingido o limite de eliminação, passam a ser considerados resíduos das categorias biológica, química ou de resíduo comum, devendo seguir as determinações do grupo ao qual pertencem.

Os resíduos pertencentes ao Grupo D do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

a) quando tais resíduos forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem atender as normas legais de higienização e descontaminação e a Resolução CONAMA nº 275, de 25/04/2001.

	<p>Os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.</p> <p>a) os resíduos com contaminação radiológica devem seguir as orientações relativas aos resíduos do Grupo C.</p> <p>b) os resíduos que contenham medicamentos citostáticos ou antineoplásicos devem seguir as orientações relativas aos resíduos do Grupo B com características de periculosidade.</p> <p>c) os resíduos com contaminação biológica devem seguir as orientações relativas aos resíduos do Grupo A1 e A4.</p>
--	---

RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS	
	Termo de Referência
Na aquisição ou contratação de serviços que gerem resíduos	Item: Obrigações da contratada
	Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.
	Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.
	<p>São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e - outras formas vedadas pelo poder público.

RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS	
	Termo de Referência
Na aquisição ou contratação de serviços que operam ou geram os resíduos	Item: Obrigações da contratada
	<p>Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013; - possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA; e - possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

	<p>A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente; - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento; e - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.
--	---

LAVANDERIA HOSPITALAR		
	Termo de Referência	Edital
Na contratação de serviços	Item: Obrigações da contratada	Item: Requisito de habilitação
	A contratada deverá observar a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que disciplinou regramentos e infrações à legislação sanitária federal, bem como a Resolução RDC n. 6/2012 - ANVISA, que dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.	Apresentar alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pelas Leis 9.782/99 e 6.437/77.

SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO (SDO) (produtos que envolvam a utilização de SDO, contidas no item 10.1.6)		
	Termo de Referência	
Na aquisição ou locação	Item: Descrição ou especificação técnica do produto	
	Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.	
Na contratação de	Item: Obrigações da contratada	
	Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.	

Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

- quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2° e parágrafos da citada Resolução;

- a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente; e

- quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante, licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.